

MINISTÉRIO DA SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER
COORDENAÇÃO DE ENSINO
RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ONCOLOGIA

BRUNO SCHIAFFARINO LUZZE

INDICADORES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL
Apontamentos no Campo da Saúde

Rio de Janeiro

2025

Bruno Schiaffarino Luzze

INDICADORES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL:

Apontamentos no campo da saúde

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Nacional do
Câncer como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em
Oncologia, ao Programa de Pós-Graduação
nos moldes da Residência
Multiprofissional em Oncologia.

Orientador: Ana Claudia Correia Nogueira

Coorientador: Fernanda dos Reis Melo

Rio de Janeiro

2025

BRUNO SCHIAFFARINO LUZZE

INDICADORES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL:

Apontamentos no campo da saúde

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Nacional do Câncer como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Oncologia, ao Programa de Pós-Graduação nos moldes da Residência Multiprofissional em Oncologia.

Aprovada em: ____/____/____

Orientador(a): Dra Ana Claudia Correia Nogueira Instituto Nacional do Câncer - INCA

Coorientador: MS Fernanda dos Reis Melo Instituto Nacional do Câncer - INCA

Banca examinadora: Dra Helen Fuzari Instituto Nacional do Câncer - INCA

Banca examinadora: MS Natalia Martins Mota Assistente Social Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO

Rio de Janeiro
2025

Resumo

Este trabalho busca analisar a produção acadêmica no campo do Serviço Social, especificamente no que tange ao uso de indicadores sociais, por meio de uma revisão bibliográfica. Observa-se uma lacuna significativa na produção teórica sobre a formulação e aplicação de indicadores sociais, refletindo em resultados de escassa profundidade e aplicação prática. A pesquisa evidenciou a necessidade de um maior empenho dos profissionais e acadêmicos do Serviço Social na construção e desenvolvimento teórico desses indicadores, de modo a fortalecer a eficácia das políticas públicas e a intervenção social. A ausência de um corpo teórico robusto e consolidado sobre indicadores sociais limita a compreensão e avaliação das condições sociais da população, comprometendo, assim, a efetividade das ações e estratégias no campo do Serviço Social. O estudo aponta para a urgência de uma maior articulação entre teoria e prática, com foco na construção de indicadores que verdadeiramente reflitam as complexidades sociais contemporâneas e orientem de forma mais precisa as ações de intervenção e políticas públicas.

Abstract

This paper aims to analyze the relationship between social policy implementation and the professional practice of social workers in Brazil, based on a bibliographic review. The study draws on theoretical contributions from authors such as Yamamoto (2008), Netto (2005), who address the foundations and challenges of professional practice in the context of the capitalist state. The methodology is based on a qualitative review of academic literature published over the last 15 years, focusing on works that examine the intersection between public policies and the ethical-political project of Social Work. The analysis reveals the tensions between the technical-operational demands imposed by neoliberal restructuring and the commitment to social rights that guides the profession. The study concludes that, although social workers face numerous constraints, their practice still holds potential for resistance and transformation.

within the scope of social policies. This research contributes to the reflection on the reaffirmation of professional values in adverse socio-political contexts.

Abstract

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre a implementação de políticas sociais e a prática profissional de assistentes sociais no Brasil, a partir de uma revisão bibliográfica. O estudo se apoia em contribuições teóricas de autores como Iamamoto (2008) e Netto (2005), que abordam os fundamentos e os desafios da prática profissional no contexto do Estado capitalista. A metodologia se baseia em uma revisão qualitativa da literatura acadêmica publicada nos últimos 15 anos, com foco em trabalhos que examinam a intersecção entre políticas públicas e o projeto ético-político do Serviço Social. A análise revela as tensões entre as demandas técnico-operacionais impostas pela reestruturação neoliberal e o compromisso com os direitos sociais que norteia a profissão. O estudo conclui que, embora os assistentes sociais enfrentem inúmeros constrangimentos, sua prática ainda guarda potencial de resistência e transformação no âmbito das políticas sociais. Esta pesquisa contribui para a reflexão sobre a reafirmação de valores profissionais em contextos sociopolíticos adversos.

Palavras chaves: Serviço Social, Indicadores Sociais e prática profissional.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	INDICADOR SOCIAL: APONTAMENTOS INICIAIS.....	8
2.1	INDICADORES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO.....	10
2.2	INDICADORES SOCIAIS E SEU CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO DOS INDICADORES.....	13
2.3	TIPIFICAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS	24
3.	O SERVIÇO SOCIAL NA DISCUSSÃO SOBRE INDICADOR SOCIAL: QUESTÃO SOCIAL COMO INDICADOR DA DESIGUALDADE SOCIAL.....	28
3.1	OS IINDICADORES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO..	32
3.2	STRUDO DE CASO DO USO DE INDICADORES SOCIAIS NO CRAS DE POÇOS DE CALDAS DE MG.....	38
3.3	PESQUISA SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO COM OS INDICADORES SOCIAIS.....	43
3.4	ESTUDO SOCIOECONÔMICO: INDICADORES E METODOLOGIA NUMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA.....	47
4.	METODOLOGIA.....	51
5.	ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	53
5.1	INDICADOR SOCIAL E GESTÃO SOCIAL.....	62
5.2	A PRODUÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PRÁTICA	63
5.3	CONSIDERAÇÕES.....	65
6.	CONCLUSÃO.....	64
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66

APRESENTAÇÃO

A presente produção teve como inspiração a experiência da residência no acompanhamento e análise de indicadores sociais (de monitoramento e qualidade) do absenteísmo, durante o último ano da especialização, num hospital de alta complexidade, situado no RJ. Essa oportunidade despertou o interesse em identificar como o Serviço Social tem tratado o tema na prática profissional e na produção teórica, tendo em vista as especificidades das demandas reprimidas da saúde. Esse interesse se deve pelo fato da existência de um quantitativo de produções sobre o tema nas mais variadas matrizes teóricas, porém escassa no âmbito da categoria.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social completa 40 anos de hegemonia e este estudo indaga como a profissão enxerga, entende, produz, teoriza e trabalha em campo o tema dos indicadores sociais. A partir do levantamento do indicador do absenteísmo em um hospital do Rio de Janeiro o tema ganhou mais força para inspirar esse estudo, pois identificou a demanda represada e a qualificação da prática dos profissionais no campo. Outro ponto se reporta, a partir do Projeto Ético-Político, como a profissão discute o tema por se tratar de uma apropriação divergente de outras teorias sociais sobre este conteúdo. Na revisão bibliográfica fora da profissão as teorias foram as mais variadas, sendo um ponto de preocupação quanto ao caminho a ser adotado pelos outros profissionais tomaram um caminho de nosso tradicional projeto. Na busca metodológica, houve o destaque da produção no campo acadêmico, na perspectiva de Potyara (2021) que politizou e historicizou a discussão, visto que uma das principais referências do tema apresenta uma pseudoneutralidade da produção hegemônica. Por fim, realiza-se um balanço sobre a produção do indicador que precisa urgentemente avançar muito em qualidade e quantidade e temos potencial para isso, trata-se de um campo de disputa que estamos em enorme desvantagem em relação a outras matrizes teóricas, algumas bem conservadoras. Para finalizar, faz-se o relato conforme a experiência que tive com o uso do indicador de absenteísmo por um ano de atuação no atendimento ambulatorial, em um hospital do Rio de Janeiro, abordando como foi realizado o acompanhamento do indicador, o tratamento

dos dados levantados e a identificação de um dado da realidade para alimentar nossas práticas profissionais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a produção teórica de assistentes sociais inseridos na saúde sobre os indicadores sociais nas diversas políticas que estão inseridos(as), em particular na saúde. Também traz à tona a discussão sobre indicador como mecanismo de acompanhamento e qualificação dos serviços prestados. Desta forma, o estudo tem por finalidade demonstrar a importância de conhecer a realidade institucional e a demandas dos usuários, onde o profissional de Serviço Social intervém nas expressões da “questão social”, conforme define Netto:

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelasse eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra... os pauperizados não se conformaram com a sua situação : da primeira década até metade do século XIX, seus protestos tomou as mais diversas formas, da violência ludista à constituição das *trade unions*, configurando uma ameaça real as instituições sociais existentes. Foi a partir dessa perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como questão social (NETTO, 2011, p.154).

É a partir dessa definição de “questão social que vamos trabalhar e do arcabouço teórico marxista presente na dimensão teórico-metodológica do Projeto Ético-Político (PEP) que vamos conhecer a realidade institucional e a demanda da população usuária.

Por tratar-se de uma profissão interventiva, a profissão atua nas expressões da “questão social”¹. Desta forma, a elaboração e o uso de indicadores na prática profissional pode fomentar a criação de políticas públicas, por meio monitoramento, avaliação e planejamento das ações, na dimensão do trabalho coletivo em saúde.

O trabalho inicia a discussão do conceito de indicadores sociais em uma breve análise partindo da sua definição conceitual. Para esta análise, buscamos em autores de referência teórica como Potyara (2021) e Januzzi

¹ Segundo Iamamoto (2000), a questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta.

(2004; 2006) o conceito, sua aplicação, tendo em vista a conjuntura econômica, social e histórica. Assim como os indicadores vêm sendo tratados e as experiências relatadas pela categoria profissional. Por fim, vamos relatar a experiência, como assistente social residente, no programa de Residência Multiprofissional em Oncologia. Experiência na qual observei como o uso do indicador pode contribuir com a qualificação dos serviços prestados, a partir do momento em que o profissional identifica a demanda reprimida do atendimento assistencial, sendo o absenteísmo um indicador de análise importante.

Além disso, pretende-se refletir sobre os indicadores como um instrumental que possibilita ao profissional desenvolver uma análise crítica acerca da realidade cotidiana dos serviços. Logo, possibilita a reelaboração das suas práticas cotidianas que vão além do imediatismo. O profissional que recorre aos indicadores criados a partir dos atendimentos e pelos processos de gestão tem mais possibilidade de se distanciar de práticas reiterativas, desenvolver sua criatividade além de estar munido de um conhecimento. Dado que pouco apareceu nessa pesquisa dada a baixa produção sobre o tema na revisão sistemática realizada.

2 - INDICADOR SOCIAL: apontamentos iniciais

A década de 1960 é o período de consolidação dos indicadores sociais dada sua adoção pelos governos, paralelo as investidas estadunidenses no mundo para evitar a influência soviética, a investida neoliberal paralelo ao desmonte do Estado de Bem-estar como ferramenta de controle político, orçamentário, cultural e social. Souza; Canoas, (2015); Potyara, (2021), Seu uso é de cunho pragmático e interventivo ultrapassando a contribuição² observação acadêmica. De acordo, o termo indicador social remonta:

O aparecimento e o desenvolvimento dos indicadores sociais estão ligados à consolidação das atividades de planejamento do setor público ao longo do século XX. Embora seja possível citar algumas contribuições importantes para a construção de um marco conceitual sobre os indicadores sociais nos anos 1920 e 1930, o

² Em 1966, nasce a obra coletiva organizada por *Raymond Bauer*, chamada *Social Indicators*.

desenvolvimento da área é recente, tendo ganhado corpo científico em meados dos anos 1960 no bojo das tentativas de organização de sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e aferição do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. (SOUZA; CANOAS, 2015, p.42).

No sentido interventivo os nos permite obter informações, avaliar o percurso a ser tomado frente ao conhecimento de nossa situação através de objetivos identificados que atendam a população usuária.

Na concepção de Januzzi (2004), um indicador social é um dado numérico de um recorte da realidade social utilizado para quantificar de forma sistemática e tornar utilizável para operacionalizar um conceito social abstrato. É um instrumento para intervir na realidade social, possibilitando a criação, o monitoramento e a obtenção de resultados desse processo interventivo. Já no âmbito acadêmico, é o elo entre evidências empíricas e uma teoria social. (idem).

Segundo Souza; Canoas (2015), é instrumento necessário para formulação, monitoramento, performance e alocação de recursos humanos e financeiros, um elemento indispensável para o referencial de intervenção estatal e se pensarmos além, até para ONGs, empresas campanhas e continua em:

Os indicadores sociais atuam na mensuração dos avanços ou retrocessos nas condições de vida da população, direciona as prioridades sociais e aponta os erros e acertos das políticas públicas. É um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação das políticas sociais. (SOUZA; CANOAS, 2015, p.44)

Os autores supracitados trazem outro elemento essencial aos indicadores sociais para seu uso no conhecimento, formulação de políticas e para conhecer a vida da população que se toma por objeto, sendo dependente da oferta das estatísticas públicas. Conforme relata Ywata *et al.* (2008).

Enfim, indicadores não são simplesmente dados, números, eles nos permitem conferir os dados de acordo com as questões postas na realidade social, ou seja, é uma atribuição de valor, números a situações sociais. Entretanto, é importante lembrar que existe uma diferença entre indicador social e estatística pública, embora estes sejam interpretados corriqueiramente com o mesmo conceito. (YWATA *et al.* 2008 s.p.).

Souza e Canoas (2015), ressaltam que a formulação do indicador parte da realidade empírica para as estatísticas e a partir de uma teoria social sua formulação em indicadores sociais e continua ao relacionar com a prática do Assistente Social:

As políticas públicas não podem ser elaboradas sem o devido embasamento teórico-empírico, isto é, com fundamentos concretos na realidade social e apreensão desta, de modo que o assistente social deve estar preparado para utilização de ferramentas necessárias para sua ação e consequentemente, para a população a quem é destinada essas políticas sociais. (SOUZA; CANOAS, 2015, p.44).

Deste modo a apropriação pelo profissional de Serviço Social dos indicadores é necessária e qualifica sua atuação, a partir do momento em que identifica as demandas reprimidas. É nesse campo de discussão que trataremos a temática em questão para dialogar com a profissão.

2.1- INDICADORES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: um debate necessário

Segundo Ywata, S *et al.* (2008), no Brasil e no Serviço Social os indicadores sociais são uma discussão recente e que carece de produção bibliográfica. Para a autora, o uso do indicador não se limita à execução, mas também é de suma importância para os níveis de gestão dos serviços, em especial, quando adota uma gestão social, comprometida com respostas às necessidades sociais da população.

Para Yawat *et al.* (2008) os indicadores não são simplesmente dados numéricos, eles possibilitam uma atribuição de valor a um determinado recorte da realidade social, tendo como base uma teoria social; ou seja, transcendendo as estatísticas públicas e não se confundindo com elas. Na análise da autora, as estatísticas são um dado bruto numérico descontextualizado de um debate dialético; estão no campo do imediato, do empírico, o momento onde a aparência esconde a essência. Contudo, não se deve ignorar os dados brutos pois eles são a base para construção dos indicadores.

Na mesma esteira de pensamento, o debate de Karel Kosik em “Dialética do concreto” (1926) afirma que os fenômenos ao mesmo tempo em

que oculta a essência também a mostra. Deste modo, o autor diz que é preciso destruir o mundo da “pseudoconcreticidade”³, o mundo onde a aparência se representa como a própria essência, é o mundo do cotidiano onde o aparente se apresenta como essencial para o autor. Dito em outras palavras, a aparência não é falsa, mas um dado constituinte por onde a essência se manifesta, mas não se limita a ele, ao mesmo tempo que a esconde, a revela em uma relação mediada pela consciência.

Segundo Yawat *et al.* (2008), o indicador social tem uma importante função exploratória, permitindo entender e intervir em vários fenômenos e chegar em diagnósticos de situações concretas, definindo instrumentais e formulações de políticas para intervenção profissional e do poder público. Além de contribuir com a qualificação da prática profissional e os processos de gestão onde indicadores confiáveis podem mudar o rumo de gestores, equipes e alocação de recursos para garantir maior garantia de serviços de qualidade e maior participação do usuário.

Quando vários autores Januzzi (2006) , Ywata, S et al, Souza; Canoas (2015), entre outros mencionam que o indicador não é mero dado estatístico, mas estatísticas que são valoradas, relacionadas e lidas a partir de uma teoria social. Logo, tomamos por referência o materialismo histórico-dialético⁴. Na concepção de Lukács (2000), o que diferencia o marxismo da ciência burguesa é o entendimento da realidade como uma totalidade de complexos mediada por vários elementos; que estes fenômenos se relacionam com outros em determinações recíprocas e são articulados por uma série de mediações necessárias para entender essa realidade. Para Pontes (2002), a partir de Lukács, entender a realidade é recompor o campo das mediações que estabelece a relação entre o singular e o universal encontrando as particularidades de determinado objeto.

³ A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob o seu aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade. (KOSIK, 1926, p.21).

⁴ Tradição teórico-metodológica formulada por Marx e Engels ao longo de suas obras e que ganhou repercussão mundial. Trata-se do que Lenin chamou das três fontes do marxismo a economia política clássica, filosofia hegeliana e o materialismo de Feuerbach e do socialismo utópico Lenin (1977)

Yawat *et al.* (2008) trazem essa compreensão do movimento da totalidade do seguinte modo:

Em suma, o conhecimento e utilização dos indicadores sociais provêm da compreensão do movimento da totalidade, da vida das sociedades, da postura política-ideológica de um programa, projeto social. *Os indicadores sociais, no processo de gestão, tornar-se-ão supérfluo se antes não realizarmos uma mediação entre o conhecimento sobre o conceito social a ser operacionalizado, interpretado e o contexto social, econômico em questão.* Assim, em um projeto social e em seu processo de gestão, o indicador social será tido apenas como um dado, um número, se não compreendermos o conceito social a que ele se refere, pois, o trunfo dos indicadores sociais é dar vida e visibilidade a um conceito abstrato e suas expressões. (YWATA,S et al., 2008, s.p.).

Na definição de marxismo, segundo afirmativa que ficou famosa por Lênin, “a análise concreta de situação concreta é a alma viva, a essência do marxismo” (Gruppi,1979, p. 135). Neste sentido, a história não se repete e que um dado bruto ou uma situação concreta lidos e interpretados por uma vertente teórica perde, e necessita de novas análises destas situações concretas como nos aponta Gruppi (1979). Para o autor, o que cabe captar é o devir, o movimento do objeto em sua processualidade, movimento que dados estáticos não nos transmitem se não forem mediados e analisados dentro de uma totalidade viva e articulada.

Esse debate se faz relevante para não retrocedermos ao passado conservador da profissão e à forte influência que o positivismo realizou, e o ainda faz, na profissão. Não estamos afirmando que os indicadores por si só são positivistas, mas que são passíveis de uma leitura positivista ao serem desconectadas do contexto econômico e histórico, da totalidade social e do campo de mediações.

2.2 - INDICADORES SOCIAIS E SEU CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO

Optamos por vincular “questão social” ao estudo do indicador social, relacionando a gênese da “questão social” que acontece com a passagem do período feudal para o processo de industrialização que teve seu início na Inglaterra (HOBSEW,2015). A Inglaterra dispunha de condições políticas mais vantajadas após a “Revolução Gloriosa” das leis dos cerceamentos

(*Enclosure Acts*) que criaram o trabalhador “livre” dos meios de produção, no caso anterior desvincula o servo da terra e como define o mesmo autor, criando um enorme sobranse do exército industrial de reserva que migraram e passaram a morar nas cidades onde se concentrou enormes investimentos de capitais.

A pobreza não era um fenômeno novo por conta do processo de industrialização existindo por baixo desenvolvimento das forças produtivas, mas sua dinâmica era completamente nova, a produção e reprodução da pobreza no meio da produção das riquezas sob as bases que permitiam sua supressão era um novo fenômeno na história da humanidade como aponta Netto (2018). Em sua notável obra “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, o autor percebeu que a riqueza do capital só aumentava e a do trabalho só decrescia em relação direta Engels (2008). Para Januzzi (2006) a relação entre PIB e Bem-Estar não coincidiam. Na sua concepção, esta relação é um dos motivos de existência dos indicadores sociais. Intelectuais anteriores já apontavam que os ganhos do capital eram muito maiores que do trabalho e que PIB e Bem-estar não andavam em relação direta, mas inversa. Podemos, por exemplo, citar os “*Blue Books*” que Marx usou nas pesquisas do Capital.

É fato conhecido que a *questão social tem a ver com a emergência das classes operárias e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos pertinentes ao trabalho*, exigindo seu reconhecimento como classe, dando origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos. É fato conhecido que a *questão social tem a ver com a emergência das classes operárias e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos pertinentes ao trabalho*, exigindo seu reconhecimento como classe, dando origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos. Portanto, é exatamente o legado de direitos conquistados. (NETTO, 2011, p. 17, grifos nosso).

Conforme citação acima foi a luta da classe trabalhadora, especificamente do proletariado urbano industrial, que ao se inserir no cenário político, faz emergir o que ficou conhecido como “questão social” (NETTO, 2011).

Embora Januzzi (2006) afirme que os anos 1920 e 1930 tiveram algumas contribuições para a elaboração conceitual dos indicadores é, em meados dos anos 1960, na crise do Estado de Bem Estar, e também como nos

afirma Netto (2012) que a “crise do socialismo e a ofensiva neoliberal” apontam o desmonte do Estado de Bem-Estar Social momento que os indicadores sociais ganham status de ciência uma vez que esse instrumento operativa ganha corpo científico. Afirmativa com clara carga ideológica seu reconhecimento como ciência em momento que é instrumentalizada pelo imperialismo e salta a não menção de Januzzi (2006)³ a essas contradições, mas que não escapam ao Serviço Social na sua produção.

Cabe ressaltar que antes autores que tiveram trato científico e rigoroso com o tema não eram reconhecidos pela ideologia “burguesa” ou pela nascente ciência social nascente vinda da obra de Comte⁵. Logo, as estatísticas de Estado são anteriores a esse período e autores diversos fizeram uso incluindo membros que estavam na gestão do Estado. Apontamos em referências acima citadas que a preocupação entre com a relação entre riqueza socialmente produzida e privadamente apropriada já existia e colocava respostas sistemáticas do Estado de modo predominante pela coerção. Estado é arena de disputa nas quais indicadores, teorias, preocupações, relevâncias, alocação de recursos e coerção são determinadas pelo processo de lutas de classes na luta pela hegemonia. Como afirma Netto (2018), é o Estado burguês que na entrada do capitalismo da era dos monopólios passa a serem permeáveis as demandas das classes trabalhadoras, permeabilidade a depender do nível de acumulação dos capitais e organização das classes.

Na entrada de 60 houve redução de taxas de lucro, e também um condicionamento para classe operária. O Capitalismo responde a uma ofensiva política. O trato sindical com Margareth Thatcher e Ronald Reagan, fundamento da natureza ideológica e econômica. A restauração do capital, a conjunção “Globalização” e Neoliberalismo, correspondem ao não compromisso social. Tudo que é sólido permanente, se desmancha no ar, pois se instauram o rompimento com a regulação política, direcionada pela “Mão Invisível do Mercado”, reformas do Estado, fragilizando a esfera pública. O seu esforço para romper com qualquer regulação política, extra-mercado. Estado mínimo, a fragilidade no compromisso social. Erodio se o andamento do *welfare state*, foi implantado o capitalismo globalizado, transnacional e pós fordista. Essa década foi marcada, também, por alterações consistentes na concepção de Estado e de seu papel regulador. (NETTO, 2018 p.13).

⁵ A principal obra de Auguste Comte é Curso de Filosofia Positiva, publicada entre 1830 e 1842. O filósofo e sociólogo francês é considerado o "pai" da Sociologia.

Com a crise do Estado de Bem-Estar social, os direitos de cidadania conquistados pelos trabalhadores receberam uma forte investida a ofensiva, onde encontramos o marco teórico na obra de “O caminho da Servidão”, escrita em 1947 por Hayek, ganhando repercussão nesse período de crise. Também inaugura no plano teórico o que ficou conhecido como neoliberalismo e a obra de Pierre Rosanvallon (1997) sobre a “nova questão social” e o Estado Providência Netto (1998).

Para Hayek (2022) o excesso de Estado (social) limitaria o mercado que de ser o principal provedor das necessidades dos cidadãos, sendo o Estado garantidor de direitos sociais, o retorno do “caminho da servidão” e da dependência e a destruição conquistada recentemente de modo irônico com a ditadura Pinochet e a hegemonia do projeto neoliberal seguido de ditaduras Netto (2018). Segundo Hayek (2022) admite formas assistenciais mínimas aos que “fracassaram” na vida, mas sem desestimular o trabalho garantindo pela assistência os mínimos sociais (idem). Hayek ficou conhecido por compor a “Escola Austríaca” formada por um grupo de economistas monetaristas que pregavam a liberdade de movimentação de capitais com o mínimo possível de restrições, o que aumentava ainda mais acumulação do capital financeiro, estabilização monetária e estimulou a desindustrialização nos parques industriais europeus através das baixas taxas de juros para movimentações financeiras, promovendo perda de empregos e direitos provindos do trabalho (idem), afirmando crise do sistema previdenciário que ficou sobrecarregado com o envelhecimento da população e o excesso de direitos do “Estado providência”. Rosanvallon, (1997); Netto, (2012) Nesta conjuntura:

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 2015 p.10).

Estes objetivos dos neoliberais exigiam medidas drásticas dos países no combate ao trabalho em suas diversas organizações as lutas das classes ganham uma explícita visibilidade na ofensiva aos direitos de cidadania com os gastos com políticas sociais que “parasitavam” as receitas estatais que deveriam ser gastos com o necessário para garantir as condições para o Estado mínimo ao trabalho e máximo ao capital. (NETTO, 2012).

Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com um estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos. (ANDERSON, 1995 p.11).

O Programa neoliberal teve início como laboratório a ditadura no Chile comandada por Pinochet inspirada no que ficou conhecido por “*Chicago boys*”⁶ que teve como membro Paulo Guedes ministro do governo Bolsonaro, e teve como referencial teórico maior influência teórica de Milton Friedman, na Inglaterra com Thatcher, nos EUA com Regan e foi se alastrando ao mundo, até governos de esquerda de tendências keynesianas que acabaram por aderir em algum ponto o programa neoliberal até que nos anos 1980 chegam a hegemonia global. Com as pressões advindas dos mercados financeiros e a necessidade de créditos, vários governos de esquerda tiveram que fazer acordos e adesão ao programa neoliberal (idem). As propostas de alteração das taxas de juros, programas de privatização, medidas violentas contra sindicatos e os movimentos dos trabalhadores, a crise do leste europeu criaram uma correlação de forças desfavorável aos trabalhadores. (ANDERSON 2015). Até próximo de fins da década de 2000, vários governos foram obrigados a aderirem ao programa neoliberal de social-democratas até governantes

⁶ Chicago Boys foi um grupo de aproximadamente 25 jovens economistas chilenos que formularam a política econômica da ditadura do general Augusto Pinochet Perry Anderson (1995).

socialistas, as pressões externas do mercado e os processos de financeirização se colocam acima da liberdade de autodeterminação dos povos e o mundo é tomado pela hegemonia financeira neoliberal. (ANDERSON, 2015)

Para Rosanvalon (1998) sua ideia era de uma crise fiscal do Estado Providência tendo por solução uma reforma fiscal do mesmo. Segundo o historiador, o “Estado providência” arrecadaria menos com o que gasta em despesas sociais, gerando *déficit* público e criando uma crise fiscal. Com o envelhecimento da população e a enorme pressão dos trabalhadores organizados nos países centrais do Estado de bem-estar, gerando maior gasto com a previdência, saúde, assistência as constantes ampliações de gastos sociais precisavam ser contidas (idem). O autor não se atenta para o movimento de financeirização, o desmonte dos parques industriais europeus e para as ditaduras e o imperialismo no “Terceiro Mundo”. A economia com os gastos sociais foi usado para estabilizar a moeda, facilitar os fluxos de capitais financeiros e especulativos, e o próprio Estado entrar no mercado financeiro com a emissão de títulos do tesouro e da dívida pública a transferência dos capitais de investimentos industriais para o financeiro mais rentáveis e menos onerado devidos as aberturas de mercados que facilitou esse tipo de circulação e aumentou a taxa de lucro dos capitalistas, mas sem retomar as taxas de crescimento. (ANDERSON 1995).

Debates sobre uma “nova questão social”, não fundada mais no enfrentamento de classes estavam e ainda estão em alta e passam a ter como outra causa sendo analisados por Pastorini (2022) no enfraquecimento do referencial do trabalho como fundante do ser social e algo em vias de desaparecer, basta verificar as publicações sobre o fim do trabalho Pastorini,(2022). Para ela, a “nova questão social”⁷ tem como base o acirramento e a hegemonia neoliberal que estão protagonizando essas novas tensões, além do olhar eurocêntrico desses autores da crise fiscal que ignoram o resto do mundo. Para Pastorini (2022) A definição de nova questão social refere-se a uma reconfiguração das questões sociais tradicionais, como

⁷ Para Castel (1998) , a nova questão social, definida pela desfiliação do trabalho, é caracterizada pela insegurança, pela vulnerabilidade e pela exclusão social. Os indivíduos que não conseguem se inserir no mercado de trabalho ou que são marginalizados por ele são considerados como parte da nova questão social.

pobreza, desigualdade e exclusão, em virtude das transformações estruturais que ocorreram nas últimas décadas, particularmente com a globalização e a intensificação das dinâmicas neoliberais. Esses elementos têm uma relação direta com as mudanças no modo de produção, na forma como o trabalho é organizado e as novas formas de desigualdade que surgem em uma sociedade globalizada. O que chamam de nova questão social é só uma reconfiguração da antiga questão social.

O que muda são as formas de lutas e como exemplo nítido, a emergência de novas formas de luta em maio de 1968 onde novas expressões da questão social emergem como a luta ecológica, movimentos feministas, movimentos de negros e negras, lutas de minorias. Pastorini, (2022). Até 1968, os EUA tinham leis racistas *King* (2006), movimentos homossexuais até os anos 80 eram proibidos (Antomnieli; Melo, 2014).

É uma característica marcante do capitalismo desde o século XIX o aumento da contradição entre socialização da riqueza socialmente produzida e privadamente apropriada Marx (2013) Além de novos movimentos, contradições e o aspecto mais destrutivo que o capital assume com a produção acentuada da obsolescência programada, a hegemonia econômica da indústria bélica pós-segunda guerra e o caráter predatório da produção onde o mínimo possível de aproveitamento de uma matéria prima é justificável desde que dê lucro. (*apud* MÉSZÁROS, 2016)

Essa nova tomada do capital sobre o Estado, como afirma Anderson (1995), a fim de eliminar as barreiras ao trânsito do capital, gera a necessidade de um arsenal teórico de mediação que as antigas estratégias não davam conta, portanto, a necessidade do Estado em organizar sistemas de monitoramento das mudanças que estavam ocorrendo na sociedade, envolvendo não somente a esfera econômica, mas também a esfera social para o enfrentamento ideológico entre as classes.

Para controle da formulação de políticas públicas e sua compreensão das representações, das condições de vida, das necessidades da população, em prover os mínimos sociais através de políticas públicas de forma mais enxuta, os indicadores sociais se mostram de enorme utilidade. Eles se consolidam, segundo Januzzi (2006), na crise Estado de Bem-Estar. Ademais,

havia a necessidade de medir os impactos das políticas sociais implantadas nesse momento histórico visto a voracidade do mercado financeiro no fundo público. A utilização do indicador social vem justamente ao encontro dessa necessidade do Estado em seu período de contenção de recursos. É quando se faz necessário conter despesas que o indicador ganha mais notoriedade e se espalha por quase todo o mundo. Mais um elemento onde o atual status científico dos indicadores sociais serve aos propósitos neoliberais sem menção do autor. Ele não mostra a que veio apesar de ser referência incontornável sobre o tema.

Na realidade, desde que o capital é a força hegemônica da sociedade a nível global a relação PIB/renda per capita não se traduz em bem-estar e isso foi percebido por pensadores que vieram antes dos indicadores ganharem status de ciência conforme afirma Lopes a seguir:

O processo de estruturação de um indicador social condensa aspirações que traduzem formas de interpretação da realidade social, segundo a perspectiva de quem está conduzindo o processo. Para, além disso, os indicadores além de refletir aspectos da conjuntura social, eles colocam em foco situações que o poder público e a sociedade civil querem dar visibilidade. (LOPES, *et al.*, 2022 p.6).

Segundo Lopes et al (2022) em meados de 1960, o governo norte-americano encomendou estudos sobre a temática que envolve o universo dos indicadores sociais bem aos moldes da sociologia estadunidense do Pragmatismo onde a verdade não é o critério da cientificidade do estudo mas sua utilidade representado na figura de Parsons (2010) em Teoria da Ação Social, o que resultou em duas publicações: “*Social Indicators*” e “*Toward a Social Report*”, marcando o movimento e o estudo sobre o tema com repercussão global. Ao mesmo tempo em que se investe em um arsenal teórico de controle de políticas públicas para intervenção social e no aumento do planejamento público, os EUA nos anos 1960 investiram em várias ditaduras no cone sul da América Latina para reforçar sua hegemonia e realizar as revoluções preventivas da suposta ameaça comunista. (“NETTO 2018) O uso dos indicadores sociais teve início na década de 1960, nos Estados Unidos e definiu-se na década de 1970, para além das fronteiras norte-americanas.” Lopes et al; (2014)

A utilização dos indicadores sociais vai então paulatinamente se generalizando na esfera pública, mas isso não significou de fato que as ações dos governos assumissem a pauta das necessidades da população. Na verdade, é difícil mensurar a medida em que os indicadores sociais foram e são utilizados para dar sustentação a ações públicas que realmente atendam às necessidades da população, uma vez que, a utilização desse instrumento é sempre atrelada às aspirações e convicções de um determinado grupo ou da gestão que está desenvolvendo o planejamento. (LOPES, et al. 2022 p.7).

Quando percebe que crescimento econômico não necessariamente coincide com bem-estar social, fato já percebido por precursores dos clássicos do pensamento social moderno, novos instrumentos e categorias seriam necessários para monitorar e entender as relações sociais para além da relação PIB e renda per capita. (GUIMARÃES, 2004; JANUZZI, 2004) Cabe lembrar também que é o conjunto das lutas das classes trabalhadoras organizadas em partidos, sindicatos, somada à pressão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e às jornadas de maio de 1968 que pressionam esse novo padrão de intervenção e estudo da “questão social”. Então, os elementos analisados pelos indicadores sociais são determinados pela correlação das lutas de classes Lopes *et al.* (2002). É nesse momento histórico que se cria o espaço socio-ocupacional do assistente social, rompendo com suas protoformas do Serviço Social que o ganha *status* de profissão socialmente reconhecida pelas suas *práxis*, pelo seu saber e pela resposta que dá às classes em disputas, sendo requisitado pela burguesia e pelo Estado a responder as expressões da “questão social” como trabalhador assalariado. Estabelece uma lei de regulamentação profissional no Brasil na Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, e tem formação desde a primeira Escola de Serviço Social, fundada em 1936 segundo Cardoso (2024). Menção a esse momento é de Januzzi (2004) reconhecer nas décadas de 20 e 30 alguns modelos de indicadores e a profissão em seu nascimento já estar bebendo da produção das ciências sociais.

Embora o conceito de indicadores sociais seja mais tardio, como “científico” referente ao Estado de Bem-estar Januzzi (2006), mas não a pesquisa social muito menos as teorias sociais apropriadas pela profissão, podemos conceituar que seus elementos originários aparecem com esse novo

padrão de intervenção na questão social. Forma de intervenção que ao mesmo tempo que rompe como o ideário liberal ao intervir nas consequências e “fracassos” da classe trabalhadora, o recupera ao creditar a ele a responsabilidade pelo seu sucesso ao fracasso sobre as expressões da “questão social” que enfrenta. (NETT, 2001)

Para Souza; Canoas (2015), o indicador é um parâmetro, um valor que partindo destes dados e estatísticas que analisa e descreve um fenômeno apontando a sua essência e relações com outros elementos com maior aproximação ideal do movimento real do objeto em estudo.

Com um aparato tão grande de intervenção social se faz necessário instrumentos e categorias que medem e esclarecem as expressões da “questão social” tanto nos países centrais como nos periféricos que ficaram sob vigilância de possíveis ameaças de revoluções comunistas. (NETTO, 2018).

Para além de busca da medição dos níveis de bem-estar, o debate dominante esconde formas de dominação e controle social. Cabe mencionar que o próprio Assistente Social se insere nessa tensão que é demandado pela população usuária e contratado pelo empresariado e pelo Estado, tendo que dar respostas a classes e entes em antagonismo. (IAMAMOTO, 2015). Nesta perspectiva,

O aparecimento e o desenvolvimento dos indicadores sociais estão ligados à consolidação das atividades de planejamento do setor público ao longo do século XX. Embora seja possível citar algumas contribuições importantes para a construção de um marco conceitual sobre os indicadores sociais nos anos 1920 e 1930, o desenvolvimento da área é recente, tendo ganhado corpo científico em meados dos anos 1960 no bojo das tentativas de organização de sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e aferição do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. (SOUZA; CANHOAS, 2015 p. 42).

A citação anterior confirma nossa tese do aparecimento dos indicadores sociais paralelo a mudança no padrão de intervenção na “questão social” e se consolida com o fenômeno no Estado de Bem-estar social, que segundo Netto (2018) coincide com a profissionalização do Serviço Social e com seu processo de renovação e, mais tarde, de sua maturidade acadêmica (idem).

O recorte sociológico burguês adotado pelos indicadores, em sua maior parte, é notório e bem próximo dos apontamentos de Lukács (2000) sobre a

“Decadência ideológica burguesa” que vê na separação da sociologia com a economia um dos pontos desta decadência ideológica burguesa do rompimento da análise social com a economia. Segundo o mesmo autor, o que difere a ciência do proletariado é o ponto de vista da totalidade onde não devemos ignorar indicadores, mas entender eles como parte constituinte de uma totalidade articulada, mediada e viva. (LOPES *et al.*, 2022). Se os números econômicos não medem o bem-estar não é ignorando eles que vamos de fato entender as realidades e as causas ou não da medição do bem-estar buscada pelos indicadores sociais.

Nenhuma quantificação é neutra, a escolha do recorte a quantificar, já é uma decisão política que não se esgota no processo de coleta de dados. A construção de indicador social requer conhecimento e posicionamento frente ao movimento do real, o produto da quantificação aponta para a manifestação de um fenômeno que deverá ser analisado considerando a totalidade onde se insere. (LOPES *et al.*, 2022 p. 9).

De modo geral, a maioria dos governos do mundo abraçou os indicadores desta leitura positivista para a formulação de políticas públicas e entendimento da realidade social de sua população e território, tendo aceitabilidade e conquistando hegemonia na formulação de políticas e gestão do Estado e das políticas públicas. (LOPES, *et al.* (2022). Tal afirmativa sobre o ponto de vista positivista tem por base o pensamento de Lucács (2024) que o positivismo é o modo de ser e pensar burguês na razão miserável desta vertente que foi hegemônica pelo estruturalismo (*idem*).

Em Lopes *et al.* (2022), a investigação do campo dos indicadores é correlacionada aos instrumentos para servir ao planejamento governamental que estimula a existência da desigualdade social e não se limitar a análises meramente econômicas, oferecendo recortes variados que possam ir além destes.

Podemos colocar que de um dos elementos que contribuem para a necessária utilização dos indicadores sociais é a existência da desigualdade social. É certo que, na sociedade capitalista a desigualdade é estruturante do modo de produção, pois, o sistema se sustenta na exploração da força de trabalho do proletariado. De um lado temos a massa trabalhadora explorada e do outro temos a burguesia que detém os meios de produção e compra a força de trabalho das pessoas. (LOPES *et al.* 2022 p. 2).

Para Lopes et al. (2022), os dados estatísticos se constituem como sistemas de indicadores sobre determinado fenômeno e envolvem numa metodologia de desenvolvimento; definição do conceito abstrato ou tema que define a questão que não é neutra e abarca uma teoria social para sua leitura e um interesse interventivo; especificação do objeto quanto suas dimensões das diversas formas de interpretação e uso do indicador que permite quantificar o fenômeno; obtenção de estatísticas públicas, de dados macros sobre os fenômenos; sua combinação em um sistema articulado e coeso. O conceito abstrato pode ser visto como uma determinada demanda e atendida pelas políticas públicas, vamos usar como exemplo os determinantes sociais do processo de saúde. As dimensões dos determinantes que perpassam esse processo são várias como habitação, acesso aos determinados níveis de atenção em saúde, políticas de emprego etc. O que nos delimita os elementos e especifica as dimensões dos indicadores. As estatísticas públicas e institucionais sobre atendimentos e dados fornecidos por institutos de pesquisa e monitoramento de políticas públicas e por último, a articulação desses dados em um sistema na formulação dos indicadores do processo saúde (GUIMARÃES; JANUZZI, 2004).

Essa produção foi centrada no Serviço Social. Januzzi (2006) é uma referência no tema, mas não se detém ao uso político que os governos e movimentos sociais como Ongs, movimentos LGBTQI+, partidos políticos etc, tem feito dos indicadores sociais. Não se trata de assumir uma posição, mas de fidelidade ao movimento do objeto e o que ele representa no processo histórico. Não existe neutralidade, mas observa-se objetividade no processo científico e se esquivar de questões políticas nesse debate é um posicionamento político por si só. Cabe destacar que a pesquisa do tema tem finalidades interventivas.

Deste modo centramos nosso enfoque na produção do tema sobre Serviço Social com destaque em Potyara (2021) que não se esquivava de inserir a categoria indiciador social em seus diversos espectros teóricos onde foi discutido. Pesquisar e escrever sobre indicador social se remete inerentemente a finalidades práticas, e em sociedade, dividida em classes, é um fazer também

político. Logo, por mais que os autores tentem transparecer uma neutralidade ela é apenas aparente e no fim soa como academicismo como é o pensamento de JANUZZI (2006) ou como tecnicismo, que aparentemente só enfoca na técnica como se essa fosse livre de qualquer ideologia, um simples fazer como tentam fazer falseando a ideia de gestão. Esses são caminhos que o autor percorre e que como assistente social com compromisso com o Projeto Ético-político e considera inadequados para o trato de qualquer tema em ciências sociais.

2.3 - TIPIFICAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS

Os indicadores sociais são classificados segundo o dado da realidade que expressa deste modo, variando quanto ao tipo e assunto desses ou daqueles indicadores de saúde, educação, habitação, trabalho, demográficos, segurança pública, infraestrutura urbana e de renda e desigualdade (JANUZZI, 2006). Também podem aparecer de modo agregado comportando mais de um indicador na denominação de sistema de indicadores como indicadores socioeconômicos, indicadores de qualidade de vida, índice de desenvolvimento humano, indicadores ambientais entre os mais variados sistemas que são passíveis de criação (JANUZZI, 2004).

Os indicadores para Januzzi, (2004) podem também ser classificados em objetivos e subjetivos. Os objetivos são sobre fenômenos concretos passíveis de mediação por estatísticas como dados epidemiológicos de casos de uma determinada doença, são os mais habituais e utilizados para formulação de políticas públicas (idem). Enquanto que os indicadores subjetivos são construções de medidas, a partir da opinião e avaliação de indivíduos sobre determinados serviços ou produtos. Como por exemplo, temos a aprovação subjetiva de um determinado governo, serviço e até em pesquisas de mercado (Idem).

Segundo Guimarães; Januzzi (2004), podemos tipificar os indicadores descritivos e os normativos sendo os primeiros com conotação valorativa, descritiva de determinado fenômeno da realidade, normalmente se reflete em taxas bem específicas. Os indicadores normativos se direcionam para juízos de valor sobre determinado dado, estabelecendo uma norma de um fenômeno

social como estava de sobrevivência de pacientes, taxas empregabilidade (idem). Na classificação, novamente Januzzi (2006) tipifica os indicadores entre simples e complexos. Esta nomenclatura diz respeito à capacidade de aglutinação destes indicadores, podendo partir de uma única estatística ou congregar várias outras em indicadores mais complexos; de forma emblemática, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador composto que envolve saúde, renda e educação. Esse tópico é sobre a complexidade da construção do indicador e quanto ele pode agrupar, gerando um índice composto. (JANUZZI, 2006)

Segundo Januzzi (2004) os indicadores sociais servem para analisar as políticas sociais e sua efetividade que delimita uma dimensão social em um determinado tempo, um recorte temporal de uma determinada política social e os indicadores de performance que vão avaliar resultados atingidos pela política social. Segundo o mesmo autor o indicador mais adequado para medir essas mudanças entre o indicador estoque e os de performance é o de performance ou fluxo que trata da mudança social no espaço e tempo social entre o recorte social analisado.

Indicadores de eficiência, eficácia e efetividade são muito comuns em nível de gestão, na formulação e no monitoramento. Suas funções são bem óbvias; segundo seu nome, por exemplo, os indicadores de eficiência dizem a respeito se determinados recursos têm eficiência para uma determinada proposta; o de eficácia avalia se as metas de determinado objetivo, se a intervenção em determinado segmento da realidade social foi eficaz, segundo sua meta; os indicadores de efetividade avalia os efeitos da política social implementada. (JANUZZI, 2004).

Existem mais tipificações de indicadores sociais, mas não caberia enumerar e explicar todos e desfocar do nosso objetivo do indicador social com o Serviço Social, contudo cabe mencionar suas propriedades mais importantes para nosso estudo.

O indicador social para Januzzi (2004) precisa ter relevância social, capacidade de explicar determinado aspecto da realidade social, caso contrário, que utilidade⁸ teria estar na formulação de uma pesquisa? Esse

⁸ Ao falar em utilidade e a conjuntura de ascensão do neoliberalismo o autor não estabelece mediação entre os temas

exemplo nos remete o momento histórico de 1960 quando ganham notoriedade, para sua pertinência é determinada pela conjuntura socio-histórica, pelo problema emergente na sociedade naquele momento. Para o autor existe a construção de indicadores mais específicos para anteder fenômenos emergentes. Se no momento da sua emergência conforme aponta Netto (2012) que foi a ofensiva liberal e a crise do Estado de bem-estar, hoje podemos ter a necessidade da criação de um indicador para um novo fenômeno só ganhou atenção agora da sociedade.

Segundo Guimarães; Januzzi (2004) a validade do indicador é o quanto o indicador consegue se aproximar e refletir o conceito abstrato. Para ampliar essa discussão apontamos Netto (2024) que partindo de Marx afirma que a validade de uma teoria ou dado teórico é o quanto no plano ideal se consegue reproduzir o plano material, ou seja, é a aproximação do objeto e ideia determina sua validade segundo a tradição materialista dialética.

Para Januzzi,(2004), a confiabilidade diz respeito a qualidade dos dados levantados, se usaram uma metodologia correta da parte dos pesquisadores, se houve algum desvirtuamento ou uma indução na pesquisa. A título de exemplo, têm pesquisas eleitorais que omitem determinado candidato ou colocam em uma sequência conveniente aqueles que querem favorecer, esse fato compromete a confiabilidade do dado, ou quando um questionário induz determinada inclinação do autor. Sem dados confiáveis não podemos criar ou obter indicadores confiáveis. Como afirma Netto (2011) não existe neutralidade em ciências sociais, mas existe objetividade, a fidelidade ao método e ao movimento do objeto é o que está mais próximo de nos garantir esta objetividade. Guimarães;Januzzi,(2004) discutem a abrangência dos indicadores sociais se cobrem um espaço social significativo e uma amostra populacional representativa de dados imediatos. A saber, a coleta de dados do IBGE que cobre todo território nacional, mas também os dados de menor alcance e que são significativos para pesquisa. Com o aparecimento de grupos minoritários dados de menor escopo vêm sendo criados e nos revela bastante sobre populações específicas, hoje temos pesquisas com populações trans que exemplificam esses dados menores. Para os autores supracitados, outro aspecto sobre o indicador diz sobre a sensibilidade do pesquisador de perceber a mudança no processo de monitoramento. É o que ambos chamam de

indicador sensível, que consegue trazer ao plano ideal mudanças significativas da realidade concreta. Pode acontecer dessa não ser uma qualidade do indicador e ele não aferir ou refletir mudanças na implementação de uma política social. (GUIMARÃES; JANUZZI. 2004). Sensibilidade, já diriam os clássicos da sociologia Netto (2011) é uma qualidade própria do pesquisador, muitas vezes sendo tão sensível ao analisar um objeto e perceber que temos ao emergir naquilo que achamos que conhecemos. Já dizia o velho Hegel é justamente pensar que conhecemos que não conhecemos um objeto.

Um indicador é específico para Guimarães; Januzzi, (2004) só quando ele reflete mudanças ligadas a um setor da realidade, se relacionando com as associações de dados estatísticos. Sempre cabem exemplo como um indicador composto mede uma série de dados criando um indicador: se o indicador não for específico ele pode deixar de aferir aspectos mais particulares desta realidade, sendo necessária criação de novas associações de indicadores sociais e conforme cresce a necessidade de obter indicadores específicos cabe estudar e analisar qual correlação é mais adequada. Para os mesmos autores isso dialoga com a inteligibilidade e comunicabilidade do indicador, sendo que seus métodos devem ser transparentes quanto sua construção é de fácil acesso ao ser comunicado aos outros, o que facilita o uso pragmático.

Para Januzzi (2004), um indicador deve ser factível e viável do ponto de vista do uso de recursos financeiros e passível de coleta periódica para as constantes mudanças no objeto analisado e se de fato é viável para a pesquisa e criação do indicador. Junto a estes elementos, o autor traz a dificuldade em realizar pesquisas com grupos específicos que tragam amostra de determinados grupos emergentes ou minorias já que financiar pesquisas de determinados objetos é mais difícil que outras. Cabe nos lembrar de que os indicadores ganham hegemonia em 1960, momento do corte de despesas, uma de suas funções eram fazer o pouco recurso ficar ainda maior com a chamada “crise fiscal do Estado Providência”, na concepção de Rosanvalon, (1997).

Como último elemento Januzzi, (2009) traz a historicidade do indicador que é a possibilidade de comparações históricas da série de indicadores criados sobre um determinado momento da realidade, o que permite avaliar uma política num lapso de tempo maior e analisar sua efetividade ou não. Em

meio ao debate técnico o e político é quase inexistente, a historicidade do tema desagua em elementos técnicos sem ligação com os eventos econômicos, políticos e sociais que os geraram; é a pesquisa na história que não aconteceu, mas que gerou apenas mais dados e elementos técnicos. Optamos por realizar na próxima parte o debate em relação a prática profissional e os indicadores.

3 - O SERVIÇO SOCIAL NA DISCUSSÃO SOBRE INDICADOR SOCIAL: Questão Social como Indicador da desigualdade social

O texto de Potyara (2021) trata o indicador social como proeminente da questão social no capitalismo moderno. A autora parte de uma conceituação do termo discutindo com vários autores e justificando o percurso do seguinte modo:

a simples denominação questão social tem o condão de remeter-se a um conteúdo complexo, dinâmico e conflitual que requer, para sua inteligibilidade, combinação de abstração conceitual e posicionamento político crítico. Nesse sentido, o nome (uma entidade linguística individualizadora demonstra vocação superadora dos limites nominais (POTYARA, 2021 p. 32).

Deste modo, o termo em si pode conduzir equívocos sobre qual é o objeto do no seu processo de intervenção profissional, visto que a discussão do tema não é um consenso entre o amplo espectro de autores ao exemplo do citado pela autora que semanticamente, e tendo como alvo de seus ataques os direitos sociais, a direita fortalecida com a vitória de do governo de Ronald Reagan, e de Margareth Thatcher, equiparava as necessidades sociais a escolhas individuais, sonhos de consumo ou compulsões consumistas, que só poderiam ser satisfeitas pelo mercado Potyara,(2021). Logo, o que era direito básico no Estado de bem-estar passou a ser visto como luxo, objeto de consumismo e que só o mercado tornaria justo a distribuição dos bens e serviços e a questão social reduzidas elementos supérfluos de singularidades subjetivas.

Não por acaso, no rol do espectro polissêmico da denominação questão social abrigam-se crises, tensões, desafios, riscos, vulnerabilidades, desconstruções, discriminações, aporias, além de situações como: pobreza, desigualdades, desemprego, exclusão social, violência, analfabetismo, entre outras (POTYARA, 2021 p. 35).

Os elementos aparentes não são manifestações imediatas das contradições centrais do capitalismo e sim expressão entre a luta pela apropriação da riqueza socialmente produzida e privadamente apropriada Netto; Braz, (2006)

Potyara (2021), sinaliza a questão social do indicador, como ponto chave, afirmando que a questão social é objeto da intervenção e reflexão profissional, tendo íntima relação com as desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista. A autora reforça a ideia que:

Nas desigualdades sociais como determinante de diferentes aspectos de si própria, sob novas formas, em um modo de produção caracterizado pelo antagonismo estrutural entre capital e trabalho, e intenção de particularizar o escopo da questão social no que ele tem de essencial; a desigualdade, caracterizada pela presença de movimentos e contramovimentos sociopolíticos associados à maneira como a riqueza social se produz e se distribui entre classes sociais antagônicas. Portanto, dessas observações infere-se que a questão social tem a ver com desigualdades sociais antagonizadas e não coisificadas. (POTYARA, 2021 p.35).

Nessa relação, podemos assim dizer que o ponto chave da questão social, tendo como indicador a desigualdade, é estratificação da sociedade em classes sociais entre os que tem detêm os meios de produção e aqueles que apenas dependem da venda força de trabalho, conforme Netto e Braz (2006).

Citando o sociólogo Octavio Ianni, (1992; 2004), que ao abordar a questão social em suas obras, associa a desigualdade social, o antagonismo social de modo histórico e concreto como processos em constante contradição e movimento furto do desdobramento do enfrentamento entre classes sociais, abrindo mão de processos naturalizados como se fossem inerentes a uma suposta natureza humana.

Castel, sociólogo francês, autor da obra “Metamorfose da Questão Social” discute as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e o enfrentamento da questão social, a partir das desigualdades que surgiram nas transformações da década de 1960, na crise do estado de bem-estar. O autor tratou a questão social como uma aporia, algo que toda sociedade deve

enfrentar. Diante das mudanças do mundo do trabalho e da correlação das lutas de classes, o autor naturaliza, eterniza, desistoriciza e desrelacionada com a organização do modo de produção capitalista a questão social, desvinculando a da desigualdade de classes sociais. CASTEL (1988).

O mesmo podemos dizer de Januzzi (2004) que muito pouco, ou quase nunca traz o embate entre classes, aprofunda a questão social como a desigualdade entre classes e a inserção da classe trabalhadora no cenário político.

Segundo a autora, ganhou maior robustez e destaque os direitos sociais e sistemas de proteção social no segundo pós-guerra além de várias revoluções anti-capitalista e o desmonte do império colonial, com a crise de 1929 Hobsbawnh,(2015) que trouxe impactos econômicos, políticos e sociais para o mundo. O Estado de bem-estar social foi funcional ao capitalismo, sendo robusto de proteção social, fruto de acordos vantajosos para a classe trabalhadora, mas de altos ganhos ao capital que vivencia sua “era de ouro”. (NETTO, BRAZ, 2017). Esse sistema entra em decadência com as crises fiscais de *déficit* orçamentário dos Estados, com as ofensivas de liberais tanto no plano teórico como nas investidas dos governos liberais eleitos, investidas no aumento dos índices de desemprego, ataque a sindicatos de formas violentas e a crise da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a partir de 1970 (POTYARA, 2021). Paralelo, o conceito de direitos sociais e os sistemas de proteção social enfraqueceram e no plano teórico autores como Rosanvalon,(1998); Castel (1998) além dos governos liberais buscam desvincular a questão social da desigualdade social.

A partir de 1980, vê-se a ideologia de livre mercado, manutenção do câmbio e dos juros altos com orçamento público para o trânsito de capitais, propiciando o maior acúmulo do capital financeiro e parasitário. (ANDERSON, 1995). Os capitais em circulação no mercado financeiro superam o Produto Interno Bruto (PIB) mundial produzido, o constante empobrecimento de setores médios e seu rebaixamento ao nível das classes, mais proletarizadas (POTYARA, 2021). Quando Potyara (2021) menciona questão social e desigualdade social como uma categoria de análise, a mesma se refere não apenas a riqueza que certos setores têm em detrimento de outros, mas na concentração do poder político e de como os processos neoliberais corroem o

restante das democracias que os ataques liberais não consumiram por completo. (POTYARA, 2021). Os processos de desigualdade são causa do atual processo de recessão onde os capitais conseguem grandes lucros, mas taxas de crescimento não correspondente à recessão Anderson (1995). Na realidade, a situação normal é a de recessão, de maior destrutividade da produção capitalista e de retrocessos democráticos como aponta Mézáros, (2016) e que segundo Potyara aparece como:

(...) grande concentração de renda e riqueza em uma ínfima percentagem da população mundial, e em cada país capitalista, gera uma polarização que subjaz à crise sistêmica como um todo se mostra mais evidente nas esferas econômica e financeira. Como já alertava Marx, antecipando Keynes, a diminuição das rendas do trabalho cria grandes problemas de escassez de demanda privada. (POTYARA, 2021 p.40).

Não obstante, no âmbito da profissão, a autora recupera a conceituação da questão social dentro da tradição marxista e do Projeto ético-político profissional, trazendo uma análise concreta e demonstrando a “questão social ser objeto do Serviço Social tendo como principal análise as desigualdades sociais antagonizadas e, portanto, não cabíveis como uma não questão” (POTYARA, 2021). Ainda sobre essa conceituação a autora vai além, entendendo que o Serviço Social se trata de uma profissão interventiva, que isso não fique em um processo cognitivo e passe para o processo de politização com uma base econômica, com disputa política com ação de homens e mulheres (idem).

A ofensiva liberal que cada vez mais se aproxima de elementos neofascistas devora o fundo público, isenta grandes fortunas, facilita o trânsito de capitais, domina governos, e transfere o fundo público para juros de títulos da dívida, recursos públicos que acabam no mercado financeiro que esvaziam as políticas públicas sociais. No entender da autora, isso se dá não só pelo aumento de lucros, mas pela tomada do Estado pelo mercado financeiro, subordinação econômica de estados com desvalorização de moedas e dificuldade em fornecer empréstimos, *lobbies* políticos ou quando falham esses métodos se dá o uso de armas Potyara, (2021).

Ainda, nos alerta para o perigo do uso da teoria neoclássica que falsifica e despolitiza a disputa pelo poder político que não pode ser diminuído dado seu

enorme poder crescentes, para a autora é preciso combater em todas frentes políticas, cultural e ideológica dada a configuração e arranjo da ofensiva do mercado sobre ao Estado, sua soberania, sobre o fundo público e sobre os direitos sociais duramente conquistados(idem) não subestimar a enorme importância do conflito político, cultural e ideológico que configura o mercado, especialmente na atual fase capitalista. Explicar o comportamento desse mercado com base na teoria neoclássica do equilíbrio é uma falsificação porque elimina a disputa pelo poder político e despolitiza o conhecimento econômico.

3.1 Os Indicadores sociais como instrumento de gestão

O estudo analisado Ywata ,S *et al.*, (2008) tem por objetivo identificar o uso dos indicadores sociais por profissionais de Serviço Social no processo de gestão no município de presidente Prudente na gestão dos serviços. Esse foi o único texto identificado na busca realizada na produção da categoria que aborda os indicadores deste ponto de atuação encontrado nas buscas. Vale lembrar da cultura profissional do assistente social ao assumir cargos de gestão ao não se identificar como profissional dessa área, mas como gestor. Erro que os autores não cometem e tratam o tema com compromisso ético-político do Serviço Social. Trata-se de uma contribuição que dá voz aos profissionais que preservam sua identidade profissional ao assumirem cargos de gestão.

Os recursos metodológicos apresentado nesta produção contempla pesquisa de campo de análise teórica empírica, revisão bibliográfica e entrevistas com assistentes sociais de diversas políticas no município, além de pesquisar os cursos de capacitação e pós-graduação oferecidos no território, trazendo um campo ampliado de pesquisa.

Para os autores, os indicadores sociais auxiliam no trabalho e planejamento, implementação, execução, monitoramento, avaliação dos serviços sociais, sendo imprescindíveis para a atuação e gestão do fazer profissional dentro do projeto ético-político do Serviço Social. Em sua avaliação, indicadores precisam se retroalimentar da execução para a gestão e vice-versa Ywata *et. al* (2008) e ainda segue definindo gestão social como:

A gestão social não pode ser resumida a um simples sistema de gerenciamento, ela se apresenta de forma mais ampla e complexa, pois supõe uma postura filosófica, política e ideológica profundamente relacionada com a dimensão econômica, política e social. Nela é definida a direção, a natureza da ação que requer conhecimentos técnicos e administrativos, ainda, supõe a permanente análise dos contextos interno e externo (YWATA,S *et al.*, 2008, s.p.).

Os autores inserem a gestão no processo e movimento da totalidade social ao afirmarem que não são dados genéricos e neutros, mas produto de relações sociais e históricas, em constante movimento, transformação repletas de mediações a cada momento histórico, econômico, social, cultural no processo de gestão social Ywata *et al.* (2008).

O objetivo da gestão social, segundo os mesmos autores, é construir respostas às necessidades da população usuária através de serviços sociais. Sua elaboração deve ser realizada e fundamentada de modo a não prejudicar a intervenção social demandada pela população através do indicador social que permite desenhar uma gestão social apta a determinadas respostas e a tais necessidades Ywata *et al.* (2008) e segue a mesma linha de raciocínio:

Deste modo, a gestão social refere-se a um processo contínuo e dinâmico que envolve ações de planejamento, execução e avaliação de serviços sociais e um compromisso de construir respostas às necessidades sociais da população. Deve ser desenhada e realizada, com fundamentação, para não comprometer a ação social demandada, visto que o indicador social permite o desenho de uma gestão social. (YWATA,S *et al.*, 2008, s.p.).

Os autores, em sua pesquisa de campo, levantaram os cursos de formação que tratam de indicadores e entrevistaram profissionais sobre o uso desse instrumento principalmente os que estão em cargos de gestão em diversas políticas, porém não vamos detalhar, sendo o total de 23 assistentes sociais. Ywata *et al.* (2008) ressaltam falas negativas em relação aos indicadores sociais, sendo entendido como sobrecarga de trabalho pelos entrevistados, um ponto interessante de se observar.

Longe de individualizar o problema do não uso do indicadores, os autores o tema é negligenciado apesar de ser uma disciplina obrigatória do currículo de formação em Serviço Social . Contudo, é preciso refletir que a captura e análise dos dados dependem da ação individual que está articulada a

uma competência profissional e é inerente a função da gestão, já que o deslocamento de recursos para determinada apolítica depende da amostra de resultados aos gestores que estão acima na hierarquia de determinada política. Ywata et al. (2008) mencionam ainda que a cultura conservadora do imediatismo e da prática irrefletida deslocada do Projeto Ético-Político contribui com essa negação.

Os autores trazem que 80% dos formados passam por essa disciplina na graduação, mas não é um tema bastante explorado na formação continuada e pela dinâmica da realidade com o aparecimento de novos fenômenos e novas expressões da “questão social”, emergindo com as transformações sociais Ywata et al. (2008) aponta que:

A sociedade está em constante processo de transformação, a cada dia surgem novas demandas sociais que exigem novos conhecimentos, métodos e técnicas capazes de responder adequadamente a tais demandas. Este é um dos principais motivos que impulsionam a necessidade da atualização profissional, inclusive dos assistentes sociais, que atuam em espaços contraditórios e em processo de mudanças, entendendo a realidade dialeticamente, o que exige dos profissionais a realizar mediações (YWATA,S et al., 2008, s.p.).

Em dados obtidos pelos pesquisadores, com amostra de 27 entrevistados, aparece que a quantidade de profissionais que afirmam conhecimento acerca dos indicadores sociais é a mesma daqueles que não usam e não constroem seja nos processos de gestão ou da prática direta com os usuários. Ywata et al. (2008)

A autora ainda acrescenta uma leitura positivista funcionalista dos indicadores na citação a seguir:

Constatamos que a construção dos indicadores sociais, nestes casos, não é feita a partir do entendimento de um conceito abstrato e da compreensão da realidade em que ela se insere, mas são considerados apenas os números que se expressam na rotina do trabalho. Porém, devemos ressaltar que a dificuldade demonstrada por alguns profissionais em construir indicadores sociais, deve-se não apenas à competência profissional, mas também, à complexidade da área social, além das políticas sociais se encontrarem num campo contraditório, inserido em um contexto capitalista, que busca a manutenção da realidade alienante e conservadora. (YWATA,S et al., 2008, s.p.).

E mesmo após frequentarem cursos de capacitação e até pós-graduação, os profissionais não sabem construí-los e nem utilizá-los e quando o fazem adotam a linha positivista e funcionalista que representa um retrocesso conservador ao passado profissional. Os autores indagam do seguinte modo:

A partir daí, indagamos: que tipo de capacitação os assistentes sociais estão participando? Pois, sendo, os indicadores sociais, um tema de indispensável relevância para a política social deveria ser abordado nas capacitações oferecidas, considerando-as responsáveis por contribuir para a qualidade e formação profissional. O que estas capacitações têm representado a estes profissionais, isto é, articulam o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido? Ou, estariam sendo um meio para acumulação de certificados e/ou o cumprimento de uma exigência da instituição contratante de seus serviços. (YWATA, S et al., 2008, s.p.).

A negação do uso dos indicadores mediante a apreensão teórica é uma negligência da sua importância na prática profissional e na gestão social, remete a uma contradição entre as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa. Em nossa avaliação o assistente social seja da gestão ou da prática que não se apropria da teoria e dos indicadores sociais troca o atendimento qualificado por um simples balcão de informação e perde a oportunidade de conhecer a realidade do usuário que é um dos nossos diferenciais na atuação multiprofissional.

Ywata, et al. (2008) destaca ainda o Código de Ética de 1993, onde os indicadores sociais devem ser considerados como aprimoramento profissional na perspectiva da competência profissional:

Dos princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, destacam-se dentre outros: o reconhecimento da liberdade como valor ético central; a defesa intransigente dos direitos humanos; posicionamento em favor da equidade e justiça social; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. (YWATA, S. et al., 2008, s.p.)

É próprio do caráter investigativo da profissão atualizar as informações sejam teórico-acadêmicas, sejam do conhecimento da instituição, bem como contribuir com a produção científica nos campos das ciências humanas e do Serviço Social. É dever ético e competência por nossa proximidade com a população usuária que nos permite um saber diferenciado em relação a

pesquisadores de outras áreas, isto é, uma das formas de contribuir com a qualidade dos serviços prestados à população usuária. Os autores são incisivos nisso ao afirmar que:

Render-se ao comodismo e a negação frente à competência no processo de gestão e, assim, à construção de indicadores sociais, bem como outros temas relevantes à atuação profissional, sem dúvida, é um desrespeito aos princípios fundamentais da profissão. (YWATA, S. et al., 2008, s.p.).

A partir do estudo realizado levantou-se que as políticas públicas não podem ser elaboradas sem o devido embasamento teórico-empírico, isto é, com fundamentos concretos na realidade social e apreensão desta, de modo que o assistente social deve estar preparado para utilização de ferramentas necessárias para sua ação e consequentemente, para a população a quem é destinada essas políticas sociais.

No processo de gestão, os indicadores sociais são arcabouço para construção de políticas sociais compromissadas com os usuários, eles são dados que visam eficácia na ação planejada. É uma nova forma de gerenciar, monitorar, alocar recursos, justificar ao Estado o motivo de tais investimentos nestas políticas sociais; ou seja, é uma nova forma de organização de gestão e da prática profissional. Também, uma proposta de processualidade relacionada aos complexos políticos, econômicos e social que visam dar respostas as necessidades da população usuária Ywata et al. (2008). Portanto,

Neste momento da pesquisa, constatou-se uma série de reflexões sobre o tema, pois os dados demonstram que o assunto não é uma novidade em termos de conceito. Porém, trata-se de algo recente, ainda pouco utilizado, justificado pelas entrevistas como algo complexo de construir, o que de fato é uma realidade, considerando a complexidade das políticas sociais. Mesmo dominando o conceito e até a importância acerca da utilização dos indicadores sociais, muitos profissionais demonstram insegurança ao articular o indicador com a gestão cotidiana. (YWATA, S. et al., 2008, s.p.).

Quando conceituamos os indicadores sociais como ferramenta de controle social, trouxemos outras possibilidades que os autores partilham e exemplificam como possibilidade de gestão democrática na construção das

respostas profissionais às demandas dos usuários, se apropriar desse instrumento com base na dimensão ético-político-profissional. Assim, quando realizamos a crítica pela crítica sem proposta, estamos apenas escrevendo curiosidades sem construir meios de uma intervenção na realidade em vias a uma transformação emancipadora. No Manifesto Comunista, Marx e Engels, (2010) afirmam que é um prejuízo operar a crítica da sociedade burguesa sem oferecem uma estratégia de luta e revolução.

No sentido de contribuir, construir, combater o conservadorismo profissional, os autores colocam a necessidade da atualização profissional e o não conformismo do aprendido na graduação como simples idealismo.

Esse fato revela que, além do compromisso ético-político do assistente social, em assumir as bases teórico-metodológica oferecidas pela sua graduação como fundamentais à sua atuação profissional e, assim, agir com as demandas apresentadas, também, identifica a necessidade da atualização constante desses profissionais, para estarem sempre aptos a trabalhar com as ferramentas necessárias para o alcance das metas propostas, de forma a propor respostas na mesma velocidade em que se avolumam as necessidades sociais. Neste sentido, os cursos de capacitação também têm dever de apresentar este compromisso, de oferecer instrumentos e conhecimentos que contribuam para a atualização e qualificação do profissional. (YWATA,S et al., 2008, s.p.).

O fato é que a realidade muda a cada instante e exige de nós profissionais comprometidos com o projeto ético-político a constante mudança dialética na apropriação e no uso de estratégias e mediações em favor da população usuária.

3.2 - Estudo de caso do uso de Indicadores sociais no CRAS de Poços de Caldas de MG

O estudo realizado no CRAS de Poços de Caldas objetiva criar um instrumental básico para atendimento das famílias do território através de indicadores sociais capazes de orientar o fazer multiprofissional junto a população usuária. Utilizaram questionários criando uma Matriz de Demanda de Proteção Social (MDPS) que orienta e possibilita conhecer a população usuária além de construir um processo interventivo aos habitantes em risco ou vulnerabilidade social Penha (2016). Segundo o entendimento da autora, a

assistência é parte constituinte da proteção social que engloba a previdência social e a saúde, embora não mencione articulação de rede no artigo. Embora, hoje, as pessoas acessem a proteção social em maior número pela assistência do que pelo trabalho formal, dados mostram uma sociedade que é incapaz de incluir a maior parte de sua população no seguro da previdência social; logo a assistência e a saúde são a porta de entrada na proteção social.

Penha (2016) realiza uma breve análise sobre a proteção social como um meio de garantir os mínimos sociais e da LOAS. A autora percebe uma centralidade na família, como toda proteção social, e dentre ela a maternidade, infância, velhice etc. Enfim, a autora acaba por definir como vulnerabilidade o acesso ao sustento básico e condições relativamente dignas de vida, quando não acessadas pelo mercado ou não providos pelo Estado e sociedade (idem).

Penha (2016) define o PAIF (Proteção Integral à Família) que é executado pelo CRAS definido pelo a autora nos seguintes termos:

O PAIF é executado, obrigatoriamente, dentro dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Este, por sua vez, é uma unidade pública socioassistencial que possui uma equipe de trabalhadores responsáveis pela execução do PAIF, de serviços e projetos de proteção social básica e pela gestão articulada no território de abrangência, sempre sob orientação do gestor municipal. (Penha, 2016 p.2)

Dentro do analisado pela autora, a dificuldade e busca indicadores sociais e elementos teórico-metodológico paralelo a um instrumental que possibilita entender a realidade da população do território e que fornece um dispositivo capaz de prover os mínimos sociais a esta população. Ficam duas questões: o que se entende por mínimos sociais e vulnerabilidade, pois a autora no debate não define conceitualmente a questão social (PENHA, 2016) Como ficou demonstrado em Potyara, (2021) os liberais manipulam os mínimos sociais como vontades, luxos, desejos e sonhos de consumo, saindo da esfera do direito para a subjetividade, atacando conceitualmente e rebaixando os direitos sociais conquistados pelas classes trabalhadoras. (POTYARA, 2021).

A autora prossegue nos elementos teórico-metodológicos e técnico operativos. Nesse contexto, o objetivo geral do relato de experiência é mostrar a importância de um instrumento que contemple os indicadores sociais básicos que uma família precisa para ter seus mínimos sociais garantidos, bem como

ser um instrumento norteador para o acompanhamento familiar. O técnico que acompanhará as famílias terá condições de planejar, em conjunto com a família um plano de ação cujo foco, isto é, trabalhar aquelas vulnerabilidades específicas apresentadas, contribuindo assim, para uma ação mais específica e efetiva, em busca de uma melhor qualidade de vida à família (PENHA, 2016 p. 2).

Com base empírica e sem recorrer a conceitos e a produção profissional sobre questão social, mas apenas aos dados colhidos em campo e ao agir imediato, segundo Penha, (2016) recorre ao empirismo e de modo vulgar recupera a fenomenologia presente no Código de Ética de 1975 dos Assistentes Sociais Lembrando que na análise sobre os indicadores sociais, os indicadores dependem de uma teoria social para que os dados coletados na forma de estatística (nessa pesquisa empírica) não fiquem apenas como números que não expressam qualitativamente elementos como nos mostra a citação a seguir:

Em suma, o conhecimento e utilização dos indicadores sociais provêm da compreensão do movimento da totalidade, da vida das sociedades, da postura política-ideológica de um programa, projeto social. Os indicadores sociais, no processo de gestão, tornar-se-ão supérfluo se antes não realizarmos uma mediação entre o conhecimento sobre o conceito social a ser operacionalizado, interpretado e o contexto social, econômico em questão. Assim, em um projeto social e em seu processo de gestão, o indicador social será tido apenas como um dado, um número, se não compreendermos o conceito social a que ele se refere, pois, o trunfo dos indicadores sociais é dar vida e visibilidade a um conceito abstrato e suas expressões. (YWATA et al. 2008, s.p.).

Apesar de contemplar os elementos de maior elaboração, conceitos, dados estatísticos ficou de fora a dimensão ético-política que direcionará o nosso trabalho. A mesma usa como referência Januzzi, (2006) para conceituar os indicadores sociais dada a baixa produção sobre indicadores e em nossa busca só encontramos a produção de assistentes sociais no trabalhado de Potyara, (2021) e Ywata. *et al.* ,(2008).

Para o conceito de vulnerabilidade:

o conceito de vulnerabilidade social requer olhares para múltiplos planos, e, em especial, para estruturas sociais

vulnerabilizantes. De tal modo, quando se fala em vulnerabilidade social, é relevante que se compreenda que essa é o estado no qual grupos ou indivíduos se encontram, destituídos de capacidade para ter acesso aos equipamentos e oportunidades sociais, econômicas e culturais oferecidos pelo Estado, mercado e sociedade. (PADOIN, VIRGOLIN, 2010, p.01).

Logo, o conceito de vulnerabilidade é dado pela ausência desses mínimos sociais na ausência do Estado, mercado e sociedade, podendo aprofundar a questão social como indicador da desigualdade da produção socializada e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida e da discrepância do poder político, do embate entre as classes a partir dessa e outras contradições econômicas, dos processos de tomada do estado e da corrosão da democracia como aponta Potyara,(2021). É o que acontece no circuito financeiro e na tomada do Estado que é causa e a vulnerabilidade como expressão da questão social como indicador da desigualdade (idem). Cabe ressaltar que Penha não apresenta vulnerabilidade como uma expressão da questão social.

Como citado anteriormente, a Assistência Social brasileira é porta de entrada da cidadania ao padrão básico, o trabalho de Penha traz um relato de experiência interessante embora pouco politizado, com escassa conceituação que faz ligação com a produção teórica da profissão e a não relação entre as três dimensões do projeto ético-político.

E este trabalho com a família (plano de ação-acompanhamento) é realizado no equipamento Centro de Referência de assistência social - CRAS, por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, que consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida. Penha,(2016)

Em seguida percebemos um empirismo e de fato pouca reflexão teórica ao afirmar que “o importante é entender os sentimentos do usuário”, relegando a realidade objetiva do usuário ao limbo, segundo Penha (2016).

Logo, o trabalho com família requer considerar algumas dimensões que ultrapassam as teorias, como por exemplo o sofrimento da família, suas potencialidades, suas impossibilidades que não os permitem serem livres para

exercerem seus direitos enquanto cidadãos, bem como ter acesso aos mínimos sociais. Para que o profissional construa junto com a família um plano de ação que irá sanar ou diminuir as vulnerabilidades apresentadas, é preciso que o técnico conheça com propriedade a organização da família. Penha,(2016)

A autora entende teoria como afastamento do conhecimento da realidade imediata do usuário, singularizando o saber, sem conseguir fazer generalizações a partir de categorias como a questão social e a desigualdade como indicador. Potyara (2021). A autora parece não entender que conforme nos aponta (idem) que “teoria é a reprodução do objeto real no plano real” e que é se apropriar do que os grandes pensadores nos legaram possibilita compreender melhor essa dinâmica familiar já que estamos munidos de um arsenal categorial que nos permite, por meio da dimensão teórico-metodológica, ter arcabouço teórico para entender o motivo de existir pessoas em vulnerabilidade. É essa “teoria” que ela se afasta que a impede de entender o essencial da realidade imediata que se apresenta a ela o mundo da pseudoconcreticidade. Kosik, (1926). Dito em outras palavras, é a dimensão técnico operativa que nos permite intervir qualificadamente e a dimensão ético-política que nos direciona politicamente como classe profissional e não apenas um desejo individual de conhecer singularmente uma família e se ater a aspectos subjetivos como faz a autora ao colocar o sofrimento psíquico para além da teoria quando na verdade a teoria pode explicar essa dor.

Penha (2016) formula os indicadores utilizando o estudo de conceitos, métodos e prática:

A forma utilizada para estudo dos conceitos, métodos e prática, foi a criação de Grupos de Trabalho, com as seguintes temáticas: Indicadores de Vulnerabilidade Social; Conceito de Família; Conceito de Pobreza, Vulnerabilidade e Empoderamento; O trabalho com Famílias; Construção de Metodologia Acompanhamento Familiar e Construção de Metodologia para grupos Operativos (para público específico medidas protetivas às famílias e ou responsáveis de criança, adolescente e idoso) (PENHA, 2016 p.5)

Esses temas foram debatidos pela equipe multiprofissional, conforme relata a autora que escolhia o tema por afinidade e apresentava relativa rotatividade, antes que todos tivessem que discutir obras sobre indicadores sociais presente entre eles; e após essa consolidação do que seria um

indicador, a equipe se dividia em grupo e cada membro escolhia o tema a ser debatido. (JANUZZI, 2006).

Foram levantados por Penha,(2021) cinco temas: perfil familiar, educação, saúde, habitação, trabalho e renda. A concepção de vulnerabilidade foi estabelecida pelo grupo dentro do CRAS não foi muito bem delimitada e definida.

Percebendo o desgaste na discussão, o grupo resolveu dividir as dimensões entre os técnicos. Cada técnico ficou responsável por levantar indicadores sociais para cada dimensão criada. Alguns indicadores foram correlacionados e extraídos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Instituto de pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Mas muitos indicadores foram criados pelos próprios técnicos, a partir de estudos teóricos e experiências práticas no território. Os técnicos tiveram vinte dias para fazer esse levantamento e após esse tempo, o grupo se reuniu e apresentou um levantamento de 143 indicadores sociais. Na fase do grupo, há seleção e/ou junção de dois ou mais indicadores.

No final da discussão, o grupo chegou ao total de 47 (quarenta e sete) indicadores e após o levantamento uma planilha de Excel foi alimentada com informações. (PENHA, 2021) A próxima etapa foi criar uma descrição do que seria cada indicador, visando construir uma definição conceitual. Após esta tarefa foi elaborada, para cada indicador, uma legenda de gradação que se qualifica como aplica, baixo, médio ou alto), tendo como função ampliar as possibilidades e garantir a capacidade de priorização da matriz e sua funcionalidade, de acordo com os riscos e as orientações para a inclusão da família nos diferentes níveis de proteção social (idem).

O grupo recorreu a tipificação dos serviços socioassistenciais e outras bibliografias, chegando à conclusão que os indicadores que apresentavam violação de direitos, instaladas com baixa capacidade da família de garantir sua função protetiva, estariam alocados no índice alto (peso 1,0). Penha,(2021) O índice médio (peso 0,5) apresentava situações constantes e graves, mas havia potencialidades na família que contribuiriam para sanar a determinada vulnerabilidade. Já o índice baixo (peso 0,1) apresentava situações ocasionais,

em que a família apresentava vínculo e potencialidades de enfrentamento (idem).

A partir desta classificação, a Matriz proporciona subsídios para nortear os técnicos da assistência social na formulação de um plano de ação, para um acompanhamento mais eficiente e eficaz ao combate das vulnerabilidades da família. A partir de publicações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, o acompanhamento familiar consiste em ações nos serviços, com objetivos estabelecidos, que garantam à família o acesso a um espaço para refletir sobre sua realidade e novos projetos de vida e transformar suas relações, sejam elas familiares ou comunitárias.

3.3- Pesquisa Social em Serviço Social e a sua aproximação com os indicadores sociais

No campo do Serviço Social, a literatura consultada abaixo apresenta a discussão sobre os indicadores, partindo da pesquisa social, tendo a finalidade interventiva, como objetivo da profissão. O texto tem claro posicionamento com o atual e hegemônico projeto profissional Ético-político articulando as dimensões técnico-operativas e teórico-metodológico:

A pesquisa torna-se disciplina obrigatória na formação profissional dos assistentes sociais somente em 1982. Embora algumas escolas, departamentos ou faculdades já tivessem em seus currículos a metodologia da pesquisa. É após o processo de reconceituação e da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social que a preocupação com o conhecimento para o Serviço Social se fortalece. Esse processo tem força com a implantação de cursos de pós-graduação na década (SOUZA; CANOAS 2015 p.36)

Ao debater sobre a importância da pesquisa social, Souza; Canoas (2015) colocam a pesquisa como requisito necessário para a execução do Projeto Ético-Político, no fazer profissional que busca equidade, a construção da cidadania, da liberdade e dos princípios contidos no Código de ética de 1993. Ao discutir a profissão, vincula está com o movimento da história, onde ganha destaque a iniciativa das instituições envolvidas na emergência da profissão, seus primeiros agentes e as requisições sociais, a criação de um

espaço sócio ocupacional na relação orgânica com a questão social (idem) e continuam no percurso histórico da aproximação da busca de autonomia da profissão em desenvolver sua própria produção teórica.

É após o processo de reconceituação e da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social que a preocupação com o conhecimento para o Serviço Social se fortalece. Esse processo tem força com a implantação de cursos de pós-graduação na década. A pesquisa torna-se disciplina obrigatória na formação profissional dos assistentes sociais somente em 1982. (SOUZA; CANOAS, 2015, p.36)

A entrada da profissão, segundo os autores no espaço da pesquisa acadêmica, consolidou-a como produtora de conhecimento junto aos órgãos oficiais como área de saber, pesquisa e estudo. A criação de cursos de pós-graduação voltados para a profissão foi gradualmente consolidando a profissão como uma área do saber em pesquisa social que começou na década de 1970, se firmou na década de 1980 e atingiu sua maturidade na década de 1990 com nosso código de ética e a tomada do movimento intenção de ruptura dos espaços decisórios e de formulação da profissão (SOUZA; CANOAS, 2015) e seguem:

A produção de teses e dissertações exigia o componente da pesquisa inovadora e exigia dos pós-graduados o aprofundamento teórico na metodologia científica, na estatística que passaram a ser disciplinas dos primeiros cursos de mestrado, ainda na década de 1970 já que o nível de doutorado só é alcançado na metade da seguinte década. O reconhecimento institucional pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da área do Serviço Social como campo específico de pesquisa é uma conquista (SOUZA; CANOAS, 2015 p.37)

Mas o passo mais significativo para aproximação da profissão com os indicadores sociais se deu com nas décadas de 1980 e 1990 com a reformulação e fortalecimento do projeto profissional e da aproximação com o marxismo, primeiro em 1980 com influência de Althusser e em 1990 com apropriação das obras de Lukács e Gramsci no processo de crítica e reconstrução da estrutura científica e profissional onde a profissão atinge sua

maturidade intelectual e fortalece ainda mais sua atividade de pesquisa. (NETTO, 2018).

Para Souza; Canoas, (2015) as pesquisas em Serviço Social contribuem para conhecimento das políticas públicas, sobre questão social, elaboração e formação curricular e os elementos teóricos metodológicos que solidificou o projeto ético-político vigente. As pesquisas podem causar rupturas com antigas práticas e contribuir para um fazer profissional crítico, pois através das pesquisas percebe-se contradições antes veladas na sua antiga formação e o que vai aproximar a profissão dos indicadores sociais através de estudos de políticas públicas e de formas de instrumentalizar seu exercício profissional (idem).

Os autores partem da definição dos indicadores sociais pautados na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2002) que afirma como um valor e ou derivado de parâmetros que vai analisar um dado fenômeno da realidade para além do seu simples dado quantitativo. E continuam com essa referência pensando em indicadores sociais como parâmetros abrangentes e de caráter internacional para intervenção dos países centrais na periferia do capitalismo, são organizações internacionais de abrangência internacional que definem os valores e critérios satisfatórios e continuam:

Os indicadores sociais tentam medir níveis de bem-estar em diferentes pontos temporais, contribuindo para uma discussão mais racional dos termos em que políticas específicas se ligam umas com as outras e com o seu objetivo comum. Os indicadores como componente de medição e as políticas como componente de ação são formuladas de modo mais eficaz se tiver clara compreensão do que se entende por bem estar social. Definir este conceito em termos mensuráveis implica a decomposição do mesmo em elementos relevantes, o que envolve juízos de valor nem sempre capaz de merecer a aprovação geral. (SOUZA; CANOAS, 2015 p.41)

Os autores ainda identificam contradições na definição e escolha destes indicadores, sendo os envolvidos aos interesses de organizações globais controlados pelo grande capital estranhas e alheias a realidade onde buscam intervir e como já foi discutido por Souza; Canoas,(2015) e Potyara,(2021)

estão atreladas ao projeto neoliberal e a uma série de ditaduras empreendidas pelos EUA e as investidas liberais contra os direitos de cidadania.

Já os indicadores voltados às preocupações com a questão social podem ser mensurados no campo das políticas sociais como os de saúde; educação; emprego e segurança no trabalho; lazer; poder aquisitivo; ambiente físico e social (infraestrutura); segurança Souza e Canoas (2015). Outros também tem importância como vulnerabilidade, acesso a determinados direitos, segurança alimentar e etc. Penha,(2016).

Para os autores Souza e Canoas (2015) o indicador social é uma mediação entre a teoria e as evidências da realidade, criando instrumentos que possam “medir” determinado fenômeno social permitindo através de alguma tradição teórica refletir sobre o objeto em questão além de sua presença em pesquisas fora do âmbito acadêmico, principalmente na criação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, além de seu uso em pesquisas de mercado dentre outros.

Segundo Souza; Canoas, (2015), os indicadores sociais colocam valor e números à realidade social que é, segundo os mesmos autores, elemento de aproximação com a pesquisa em Serviço Social que exige do profissional uma postura crítica e um olhar questionador ao imediato, aos dados e a sua leitura; o que assim possibilita sua intervenção na realidade de modo mais qualificado. O profissional de Serviço Social tem centrado suas pesquisas, não só, nas políticas públicas ao exemplo do Sistema Único de Saúde – SUS, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e atuando em conselhos nas três esferas de governo (idem).

Os autores identificam a importância dos indicadores sociais e pesquisas em Serviço Social, pois é através desses instrumentais que serão compreendidas a realidade social que o profissional atua e busca intervir, partindo dos princípios ético-políticos para a diminuição das desigualdades sociais e que sua utilização deve ir do meramente instrumental ao uso crítico e transformador da realidade. Desta forma:

O conhecimento e utilização dos indicadores sociais provêm da compreensão do movimento da totalidade, da vida das sociedades, da postura político-ideológica de um programa, projeto social. Os

indicadores sociais tornam-se dispensável se antes não realizarmos uma mediação entre o conhecimento sobre o conceito social a ser operacionalizado, interpretado e o contexto social, econômico em questão. (SOUZA; CANOAS, 2015, p.47).

3.4 - Estudo Socioeconômico: indicadores e metodologia numa abordagem contemporânea

O último texto analisado faz uma revisão da atualização no instrumental de análise socioeconômica criado pelo Serviço Social do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (HRAC-USP), que tem seus métodos a mais de trinta anos de criação e constante atualização, conforme surgimento de novos dados e indicadores, e a própria produção do Serviço Social que vem inovando e tratando de novos temas e abordando os indicadores sociais sob óticas importantes.

O objetivo da equipe era construir uma metodologia própria, o que é minimamente plausível, já que se trata de um hospital especializado com usuários de perfil e necessidades de cuidado em saúde bem específicos, de modo a instrumentalizar a equipe do Serviço Social no processo de garantia, orientação e garantia de direitos da população usuária (GRACIANO; LEHFELD, 2010). As autoras (GRACIANO; LEHFELD, 2010) recorrem, como justificativa teórica e legal, à lei que regulamenta a profissão de assistente social, que elenca como atribuição realizar estudo socioeconômico com a população usuária para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993b).

Dada a formação e proximidade do assistente social com a população usuária, sua capacidade de análise caminha de um arsenal teórico produzido pela profissão, pelas ciências humanas, sentidos e dados institucionais, bem como o levantamento de dados diretamente relacionados à população o que torna o estudo socioeconômico mais rico. Embora nossa pesquisa mostre que a produção sobre indicadores sociais pelo Serviço Social é escassa. Isso é um fato.

Segundo GRACIANO; LEHFELD (2010), o indicador é um instrumento de pesquisa e conhecimento da realidade do usuário que passa da simples curiosidade acadêmica. Ele pode possibilitar a intervenção sob a ótica da equidade e justiça social de forma a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais - que são princípios e valores tanto do SUS quanto do Código de Ética do Assistente Social de 1993- quando identifica as demandas reprimidas da população usuária dos serviços.

Os autoras tomam como base a seguinte citação :

que o estudo social é baseado no contexto familiar e na realidade social, tendo como finalidade subsidiar decisões e ações, possibilitando a coleta de informações a respeito da realidade sócio familiar de cada indivíduo e família e as questões sociais que afetam suas relações sociais, especialmente em seus aspectos socioeconômicos e culturais (PAVÃO); GRACIANO; BLATTNER, 2006, p.160).

Para justificar o uso da análise socioeconômica, os autores partem de três perguntas: “o que conhecer; por quê (quais os objetivos); para quê (com quais finalidades); como (quais metodologias, instrumentais e técnicas utilizadas para a ação)” (GRACIANO; LEHFELD, 2010). Definem método como:

o caminho teórico para o conhecimento da realidade, enquanto que sua transformação vai ser orientada por uma proposta de ação que é operacionalizada pelos instrumentos e técnicas. É a metodologia que vai garantir ao Serviço Social o conhecimento e a transformação de um dado objeto construído, entendido como uma unidade do método com as técnicas e instrumentos, cuja teoria ofereceu uma determinada visão de homem e de mundo, dirigindo uma ação sobre o objeto, cuja transformação é intencional e situada. Não dissocia, portanto, o método – teoria– objeto. Assim sendo, o instrumento é sempre orientado por um determinado conhecimento, uma teoria social, ou seja, é sempre utilizado intencionalmente. (PAVÃO; GRACIANO ;BLATTNER, 2006, p.161)

A partir da citação, podemos interpretar que no Serviço Social o método é inseparável de instrumentos e técnicas. Embora não se confundam, a metodologia garante de forma aproximada o conhecimento da realidade a ser transformada. Logo, é necessário minimamente conhecer os objetos sobre os quais se intervém, cujos instrumentos e técnicas são os meios. Ainda que os

autores não mencionem a existência dos valores escolhidos profissionalmente que dizem respeito à dimensão ético-política.

A pesquisa foi realizada no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais - HRAC/Centrinho USP em 2006, isso relacionado as constantes reformulações da avaliação socioeconômica sem a necessidade de informação sigilosa por ser acessada somente por assistentes sociais com enfoque nos indicadores sociais (GRACIANO; LEHFELD, 2010).

Nesta reformulação elencaram os seguintes tópicos:

Investigação Diagnóstica: - avaliação socioeconômica, - situação econômica da família (rendimentos, gastos), - número de membros residentes na família/relações (tipo de união, tipologia, religião, relacionamento, planejamento, repercussões da anomalia craniofacial na vida social, discriminações/preconceitos) - escolaridade/relações (nível educacional, relacionamento, apoio escolar), - habitação (situação, condição, acomodações, tipo de construção e de domicílio, zona, infra-estrutura, telefonia, coleta de lixo, asfalto e outros recursos), - ocupação/relações (situação, classificação, setor, natureza, relacionamento e apoio do empregador), - recursos para a reabilitação (tipo ou grau de deficiência, tempo de tratamento, percurso, recursos de apoio para locomoção, recursos organizacionais e humanos de apoio ao tratamento, periodicidade e prazo de comunicação de retornos, recursos e áreas para o tratamento na cidade de origem, expectativas de tratamento, problemas de saúde e deficiência na família; II – Parecer/Intervenção do Serviço Social: abordagens, estratificação socioeconômica, - nível de compreensão, - demandas/atendimentos); III – Evolução Social. A emissão do parecer social reflete, portanto, a opinião do assistente social, com base na observação e no estudo social, de uma dada situação e no seu comprometimento com a população usuária no acesso às políticas e direitos sociais. (PAVÃO; GRACIANO; BLATTNER, 2006, p.163).

A categoria classe social utilizada nessa reformulação foi a da estratificação social que enfoca: educação (nível de escolaridade), renda, status social, profissão e ocupação, origem social e outro, mas não considera a posição do sujeito e da família na produção social e é essa que determina que acesso o sujeito e a família têm na esfera da distribuição que não é negligenciada na obra de Marx (NETTO; BRAZ, 2006). Outro elemento é o uso da distribuição de renda utilizada pelo IBGE como parâmetro da avaliação socioeconômica. Para as autoras,

os indicadores que nos informam sobre a qualidade de vida das famílias, focalizam as condições e a situação habitacional, o número de membros residentes no mesmo imóvel e o nível de escolaridade

dessas pessoas. Por meio destes, podemos realizar inferências de caráter qualitativo sobre o percurso histórico e social da família, as expectativas geradas por essas em relação aos seus membros, associadas à escolaridade, ocupações profissionais, ou a estratégia de mobilidade social, e ainda inferir acerca de seu nível de bem-estar ou de expectativas sobre este aspecto. (GRACIANO; LEHFELD, 2010, p.165).

Diante disso, foi criado um sistema de pontuação simples que resulta, por correlações, em seis estratos: Baixa Inferior (BI), Baixa Superior (BS), Média Inferior (MI), Média (M), Média Superior (MS) e Alta (A). Através da pontuação nos quesitos levantados que vão avaliar a situação social a população atendida: “a pontuação relativa a cada indicador considerado pode ser examinada neste instrumental e diz respeito àquele critério de valoração do menos complexo ao mais complexo” (GRACIANO; LEHFELD, 2010, p.168).

De acordo, são trinta anos de história na criação e utilização de indicadores sociais para servir metodologicamente na utilização dos meus instrumentais e técnicas para atingir os elementos ético-políticos de nossa profissão.

4.- METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, desenvolvidas tendo por inspiração o contato com os indicadores sociais em sua atuação profissional. Este trabalho tem como referencial teórico-metodológico o legado marxista, baseado nas obras de marx e seus estudiosos com a diretriz política desenvolvida pelo Serviço Social que ficou conhecida como *“intenção de ruptura” e que consolidou o amadurecimento intelectual da categoria profissional, a partir da leitura crítica da realidade*. A teoria social marxista amplia nossa análise ao não se determinarem as práticas do ser social pelas aparências fenomenológicas que são geradas através de um essencialíssimo (POTYARA, 2021). Os elementos aparentes não são manifestações imediatas das contradições centrais do capitalismo e sim expressão entre a luta pela apropriação da riqueza socialmente produzida e privadamente apropriada (NETTO; BRAZ, 2006)

O levantamento documental tem por objetivo contribuir com a discussão do tema do uso do indicador na profissão dada a pouca produção literária

encontrada e produzida por assistentes sociais, segundo busca nas diversas ferramentas, revistas conhecidas produzidas pela profissão e site de busca como Arca – Fiocruz, Rayyan, Google Acadêmico dentre outras.

Realizamos um levantamento bibliográfico acerca do tema na área do Serviço Social nas principais plataformas de pesquisa, também consultamos as principais revistas do Serviço Social, como Temporalis, BVS, Serviço Social e Sociedade, Revista Katalysis, Revista Ser Social, Serviço Social em Perspectiva, Serviço Social e Saúde, Revista Textos e Contextos, no período de início de publicação das revistas até o ano 2024, usando os descritores “indicadores” e “Serviço Social”. Não encontramos nenhum trabalho nas revistas de maior circulação como as citadas acima, mesmo usando o Rayyan para verificar duplicidade. Utilizamos o aplicativo *Rayyan*, detectando e executando a duplicidade de artigos. Foram eliminados 197 documentos repetidos. Na variável pesquisada “indicador” foram encontrados 228/ 787 artigos e “Serviço Social” foi localizado apenas 01 texto, na língua espanhola. Realizamos a mesma busca na base de dados Arca da Fiocruz e os resultados foram os mesmos encontrados no *Rayyan*.

Através do site Google acadêmico, identificamos seis artigos, sendo dois apresentados em eventos como congresso e seminário e 4 artigos publicados em revista sendo um deles privado e acabou não sendo analisado. em revistas de menor circulação na profissão e um congresso⁹. O caminho metodológico conforme aponta tabela abaixo que será realizada na revisão bibliográfica na íntegra onde cada texto será analisado. Através da pesquisa dessa produção foi realizada uma análise teórica sobre como o assunto vem sendo debatido, produzido e utilizado pela profissão na forma de revisão bibliográfica, tomando como norte o Projeto Ético-Político do Serviço Social e como o objeto é abordado.

⁹ Optamos por não consultar outros congressos e seminários, considerando a multiplicidades de formas de divulgação, como CDs e outros que não teríamos acesso. Somente destacamos estes nas tabelas por aparecer na pesquisa realizada no site.

5 - ANÁLISES DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

A análise realizada na produção bibliografia encontrada nas plataformas de busca e revistas nos aponta de imediato um dado importante: pouca produção acerca do tema “indicadores” na área do Serviço Social.

Optamos por classificar a produção em três tipos: as produzidas na prática profissional que correspondem a 4 artigos, sendo um privado, os artigos produzidos no âmbito acadêmico, duas apresentações em eventos.

Quadro 1- Achados da pesquisa

Revista	Assunto Abordado	Ano de publicação	Título	Autor	Região	Link
Revista Temporalis.	Discute as desigualdades sociais como indicador proeminente dessa questão no capitalismo moderno.	2021	Questão Social, Serviço Social e a Premência das desigualdades antagonizadas	Potyara A. P. Pereira	Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. (UnB, Brasília, Brasil)	https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p31-43
Serviço Social e Realidade.	Indicadores e Serviço social.	2015	Pesquisa Social em Serviço Social e a sua aproximação com os indicadores sociais.	SOUZA, Rosely de Melo Grillo; CANOAS, José Walter.	UNESP	https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2488
Serviço Social e Saúde.	Estudo socioeconômico e Indicador.	2015	Estudo Socioeconômico: Indicadores e Metodologia numa abordagem contemporânea.	GRACIANO, Maria Inês Gândara; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza.	Unicamp	https://doi.org/10.20396/sss.v9i1.8634873

Serviço Social em Revista.	Gestão e Indicadores sociais.	2010	Os indicadores como instrumento de gestão social.	YWATA et al	Universidade Estadual de Londrina	https://www.ue.br/revistas/ssrevista/c-v10n2_valderes.htm
II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social.	Prática profissional, Indicador	2016	Indicadores sociais: instrumento para acompanhamento às famílias assistidas no CRAS de Poços de Caldas - MG POÇOS DE CALDAS – MG.	PENHA, Cintia Bernardes.	UNESP-Franca	https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspublicas/iisippedes2016/indicadores-sociais.pdf
Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental.	Indicadores e as Políticas Públicas	2022	Os indicadores sociais e seu papel na formulação das políticas públicas	LOPES, Angela Cristina et al	Londrina - PR	https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/2367

Todos os artigos foram lidos na íntegra e analisamos produções acadêmicas, produção do campo e duas apresentações em eventos sendo um total de 3 artigos e duas apresentações em resumo.

Começando sobre a conceituação, demos enfoque a POTYARA (2021) e (SOUZA; CANOAS, 2015) em detrimento ou como referência principal ao

Januzzi, (2004.) apontadas que dentro os campos citados autora se situa na UnB fala dos indicadores a partir da universidade sem diálogo mencionado com assistentes sociais da prática, o que não gera produção, retorno e produção de profissionais engajados na prática em detrimento ao Januzzi por diversas razões que serão apontadas.

a simples denominação questão social tem o condão de remeter-se a um conteúdo complexo, dinâmico e conflitual que requer, para sua inteligibilidade, combinação de abstração conceitual e posicionamento político crítico. Nesse sentido, o nome (uma entidade linguística individualizadora demonstra vocação superadora dos limites nominais (POTYARA, 2021 p. 32).

Já em destaque, a autora Potyara (2021) parte do essencial da categoria " indicador social" como conflitual, o que nos remete consequentemente as lutas de classes e a questão social. Para a autora, o indicador social tem estreita relação com as desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista, primeiro modo de produção capaz de erradicar a miséria que foi capaz de produzir mais que o necessário para a subsistência imediata da população. Essa reflexão vai além de Januzzi (2004), pois Potyara, (2021) faz correlação com o desenvolvimento da ordem burguesa, relaciona com a crise do Estado de bem-estar e com a emergência do neoliberalismo e a relação com o imperialismo em especial no cone sul da América Latina. Januzzi,(2004) parte da desigualdade entre PIB e bem-estar social.

Potyara, (2021) tematiza a questão social em sua produção/obras e associa a desigualdade social, antagonismo social de modo histórico e concreto, como processos em constante contradição e movimento furto do desdobramento do enfrentamento entre classes sociais, abrindo mão de processos naturalizados como se fossem inerentes a uma suposta natureza humana (POTYARA, 2021). Ao contrário de Januzzi,(2004) que toma a sociedade burguesa como natural e a eterniza sendo a questão social um elemento inerente a qualquer forma de organização social, na moda de Castel (1988) e suas eternas aporias - pensamento que não cabe a Potyara (2021). Portanto, a história para Januzzi,(2004) é um problema quando data o aparecimento dos indicadores em 1930, depois sob o crivo da produção dos

Estados Unidos em 1960, mas ainda assim ignora pensadores como Engels, (2008) e muitos outros que já trabalhavam com o tema, mas aparece a questão do espectro ideológico marginal e que trabalhavam com a desigualdade entre PIB e bem-estar bem mais antiga que 1930. Vale ressaltar que Engels, (2008) chegou a levantar a expectativa de vida das pessoas pela rua que moravam.

Segundo a autora Potyara, (2021) ganhou maior robustez e destaque os direitos sociais e sistemas de proteção social no segundo pós-guerra além de várias revoluções anti-capitalista e o desmonte o império colonial, crise de 1929 que afetou o mundo capitalista e pouco pareceu atingir o mundo socialista e o surgimento de movimentos fascistas como destaca Hobsbawnh,(2015). Netto; Braz (2017) analisam o Estado de bem estar social robusto de proteção social fruto de acordos vantajosos para a classe trabalhadora, mas de alto ganhos ao capital que vivencia sua “era de ouro” que passou a fazer parte do passado com as ofensivas de liberais tanto no plano teórico como nas investidas dos governos liberais eleitos, investidas no aumento dos indicardes de desemprego, ataque aos sindicatos de formas violentas e a crise da URSS Como podemos notar, é de práxis que no Serviço Social a produção teórica parte do real, todo tema é debatido dentro dos processos econômicos, políticos e sociais, sendo um diferencial na análise conjuntural e na leitura da realidade social a partir da categoria de totalidade.

Quando Potyara, (2021) fala em questão social e a desigualdade social como indicador, a mesma se refere não apenas a riqueza que certos setores têm em detrimento de outros, mas na concentração do poder políticos e de como os processos neoliberais corroem o restante das democracias que os ataques liberais não consumiram por completo. Potyara, (2021), fazendo uma análise de conjuntura. Neste sentido, os processos de desigualdade são causa do atual processo de recessão onde os capitais conseguem grandes lucros, mas taxas de crescimento não correspondente recessão Anderson (1995). Na realidade, a situação “normal” neste sistema é a de recessão, de maior destrutividade da produção capitalista e de retrocessos democráticos como aponta Mézáros, (2016). Nesta esteira de pensamento, Potyara avalia que:

Com grande concentração de renda e riqueza em uma ínfima percentagem da população mundial, e em cada país capitalista, gera uma polarização que subjaz à crise sistêmica como um todo se

mostra mais evidente nas esferas econômica e financeira. Como já alertava Marx, antecipando Keynes, a diminuição das rendas do trabalho cria grandes problemas de escassez de demanda privada. (POTYARA, 2021 p.40).

Tomando como base o pensamento de Ianni (1992; 2004) sobre a questão social vinculada a desigualdade social e não como um processo natural da visão liberal. A desigualdade social, antagonismo social de modo histórico e concreto, são para ambos autores supracitados, é resultante da processualidade da sociedade burguesa com suas contradições e os processo de lutas de classes questionando processos naturalizados como se fossem inerentes a uma suposta natureza humana (POTYARA, 2021). Nesse sentido para a mesma autora, o Indicador é fruto da desigualdade e espelha a mesma sendo a reprodução ideal do movimento das desigualdades e lutas entre as classes.

A autora recupera a conceituação da questão social dentro da tradição marxista e do Projeto ético-político profissional, trazendo uma análise concreta demonstrando ser a “questão social ser objeto do Serviço Social tendo como cerne as desigualdades sociais antagonizadas e, portanto, não cabíveis como uma não questão” (POTYARA, 2021). Logo, entende o Serviço Social como uma profissão interventiva, que isso não fique em um processo cognitivo e passe para o processo de politização com uma base econômica, com disputa política com ação de homens e mulheres (idem). No começo da conceituação desse texto foi dito que o indicador social tem finalidade interventiva, já que conhece um objeto para nele intervir, partindo de dados empíricos transformados em estatísticas, teorizando a partir de uma matriz de pensamento.

Com a evolução teórica de Marx e Engels e sua apropriação pelo Serviço Social, percurso que se deu através do acerto de contas crítico com Hegel e a influência da Economia política com principais referenciais em Smith e Ricardo e do “Socialismo Utópico” Netto, (2024) e que é mencionado no percurso da formulação teórica da autora para a construção do conceito de indicador. Para tanto, e “não por acaso, no rol do espectro polissêmico da denominação questão social abrigam-se crises, tensões, desafios, riscos, vulnerabilidades, desconstruções, discriminações, aporias” (POTYARA, 2021 p.

35); além disso demarca situações como: pobreza, desigualdades, desemprego, exclusão social, violência, analfabetismo dentre outras consequências que impactam sobremaneira a vida da população Potyara,(2021). Desta forma, atinge o conceito chave da questão social e indicador ao apontar, através de reflexões na categoria e no diálogo com as ciências sociais, em relação as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, tendo em vista a questão social como objeto da intervenção e reflexão profissional, a partir da íntima relação com as desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista. Nessa relação, o ponto chave da questão social, tendo como indicador a desigualdade, é estratificação da sociedade em classes sociais; ou seja entre os que detêm a propriedade e os meios de produção e aqueles que apenas dependem, para sobreviver, da venda força de trabalho. (NETTO; BRAZ, 2006). Dito de outro modo, Potyara (2021) nos traz a seguinte reflexão:

Nas desigualdades sociais como determinante de diferentes aspectos de si própria, sob novas formas, em um modo de produção caracterizado pelo antagonismo estrutural entre capital e trabalho, e intenção de particularizar o escopo da questão social no que ele tem de essencial; a desigualdade, caracterizada pela presença de movimentos e contramovimentos sociopolíticos associados à maneira como a riqueza social se produz e se distribui entre classes sociais antagônicas. Portanto, dessas observações infere-se que a questão social tem a ver com desigualdades sociais antagonizadas e não coisificadas. (POTYARA,2021 p.35).

Deste modo questão social indicador social e estratificação da sociedade em classes sociais ganham para a autora o enriquecimento que nos permite acessar a categoria indicadora social saturada de determinações e mediações sociais necessárias. De fato o texto de Potyara (2021) nos coloca a frente da produção hegemônica de caráter positivista, mas faltou uma maior aproximação/diálogo e realização de pesquisa com assistentes sociais da prática, pensando a rede local e os programas de residência da UnB. Seria interessante identificar essa interlocução.

Souza; Canoas, (2015) estabelecem a aproximação do Serviço Social brasileiro com o percurso sobre a evolução teórica que a profissão foi construindo desde seu projeto estruturalista até a adesão a tradição marxista. A discussão sobre os indicadores partindo da pesquisa social, relacionando esta

aos indicadores e sua finalidade interventiva com o projeto profissional da profissão é o tema central do texto. O texto tem claro posicionamento com o atual e hegemônico projeto profissional Ético-político, relacionando as dimensões técnico-operativas teórico-metodológico.

Vale ressaltar que a pesquisa social ganha obrigatoriedade na formação do assistente social na década de 1970 e se consolida na década de 1980 e a maturidade é conquistada com a adesão a tradição marxista (SOUZA; e CANOAS, 2015 p.36) e também da consolidação do Projeto Ético-Político

Nesta discussão, a pesquisa social para Souza; Canoas (2015) é um elemento necessário para a execução do Projeto Ético-Político, no fazer profissional que busca equidade, construção da cidadania, liberdade e a materialização dos princípios contidos no Código de ética de 1993. Assim, a pesquisa social e a apreensão teórica contida na dimensão teórico-metodológica possibilitam ampliar a análise crítica da realidade. Realizam o debate da profissão no movimento da história e suas mediações:

É após o processo de reconceituação e da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social que a preocupação com o conhecimento para o Serviço Social se fortalece. Esse processo tem força com a implantação de cursos de pós-graduação na década. A pesquisa torna-se disciplina obrigatória na formação profissional dos assistentes sociais somente em 1982. A produção de teses e dissertações exigia o componente da pesquisa inovadora e exigia dos pós-graduados o aprofundamento teórico na metodologia científica, na estatística que passaram a ser disciplinas dos primeiros cursos de mestrado, ainda na década de 1970 já que o nível de doutorado só é alcançado na metade da seguinte década. O reconhecimento institucional pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da área do Serviço Social como campo específico de pesquisa é uma conquista (SOUZA; e CANOAS, 2015 p.37).

Mas o passo mais significativo para a aproximação da profissão com os indicadores sociais se deu com nas décadas de 80 e 90 com a reformulação e fortalecimento do projeto profissional e da aproximação com o marxismo, primeiro em 80 com influência de Althusser e em 90 com apropriação das obras de Lukács e Gramsci no processo de crítica e reconstrução da estrutura científica e profissional onde a profissão atinge sua maturidade intelectual e fortalece ainda mais sua atividade de pesquisa Netto (2018).

Para Souza; Canoas, (2015), as pesquisas em Serviço Social contribuem para conhecimento das políticas públicas, sobre questão social, elaboração e formação curricular e os elementos teóricos metodológicos que consolidou o projeto ético-político vigente. As pesquisas podem causar rupturas com antigas práticas e contribuem para a qualificação do fazer profissional crítico, pois através das pesquisas percebe-se contradições antes veladas na sua antiga formação e o que vai aproximar a profissão dos indicadores sociais através de estudos de políticas públicas e de formas a instrumentalizar sua prática profissional (idem).

Cabe mencionar que os autores não capitulam frente a definição hegemônica e positivista dos indicadores sociais com função de controle social e funcionalidade exclusiva ao capital. Digo exclusiva, pois estamos nos referindo a dimensão da correlação de forças. Nesta lógica:

Os Indicadores Sociais tentam medir níveis de bem-estar em diferentes pontos temporais, contribuindo para uma discussão mais racional dos termos em que políticas específicas se ligam umas com as outras e com o seu objetivo comum. Os indicadores como componente de medição e as políticas como componente de ação são formuladas de modo mais eficaz se tiver clara compreensão do que se entende por bem estar social. Definir este conceito em termos mensuráveis implica a decomposição do mesmo em elementos relevantes, o que envolve juízos de valor nem sempre capaz de merecer a aprovação geral. (SOUZA; e CANOAS, 2015 p.41).

Como mencionam os autores, essa diretriz envolve juízo de valores. Ou seja, a escolha entre valores presentes em uma sociedade dividida em lutas de classes - interesses antagônicos, o que de certa forma vai exigir do profissional de Serviço Social, tanto na ponta como na gestão e formulação, o exercício do monitoramento, avaliação e implementação de ações etc., de acordo com os objetivos profissionais. Uma adesão ao seu projeto profissional que para sua apropriação depende de uma formação sólida, tendo em vista que os indicadores sociais podem ter apropriação de diversas teorias sociais, essa é uma compreensão importante.

Souza; Canoas (2015) mostram o indicador como importante instrumento para nossa intervenção e é de necessária apreensão pela profissão.

O assistente social que abdica do indicador, nas mais diversas esferas de atuação, pode perder possibilidades de melhor executar e qualificar seu trabalho, como já citado. Embora, a reflexão dos autores acerca do tema esteja centrada na dimensão da pesquisa social, sem uma articulação direta com o atendimento à população usuárias dos serviços.

É através dos indicadores que vamos entender, qualificar e poder intervir levando a concretude nosso projeto profissional. É a Partir desse projeto que foi possível essa reflexão que está situada na academia, na dimensão teórico metodológica e numa clara visão de totalidade finalizam:

o conhecimento e utilização dos indicadores sociais provêm da compreensão do movimento da totalidade, da vida das sociedades, da postura político-ideológica de um programa, projeto social. Os indicadores sociais tornam-se dispensável se antes não realizarmos uma mediação entre o conhecimento sobre o conceito social a ser operacionalizado, interpretado e o contexto social, econômico em questão (SOUZA; e CANOAS, 2015 p.47).

Com inúmeros acertos teóricos e postura crítica, o texto deixa uma lacuna na interação com profissionais da ponta ao não trazer elementos estatísticos do uso de indicadores sociais nos serviços. Talvez pelo fato de não mensurar os possíveis impactos do instrumento na mudanças de processos e rotinas. Há de se mencionar a inclusão pela ABESS da disciplina de indicador social no currículo básico da profissão, sendo uma importante contribuição para a formação. No entanto, tem sido comum esse distanciamento na sistematização da prática.

Esse foi o único estudo elaborado por Ywata *et al.* (2008) que abordou o uso de indicadores por assistentes sociais no processo de gestão. Cabe debater que muitos profissionais ao assumirem cargo de gestão, deixam de se reconhecerem como assistentes sociais e entram em crise de identidade profissional e deste modo, não mais se vendo como assistente social, mas como estritamente gestores, especialistas no campo. Entretanto, é importante observar nesta produção que trata-se de uma contribuição que dá voz aos profissionais que preservam sua identidade profissional ao assumirem cargos de gestão.

A produção consultada, trouxe o resultado de entrevista com assistentes sociais de diversas políticas no município, além de pesquisar os cursos de

capacitação e pós-graduação oferecidos no território como relata Ywata *et al.* (2008). A autora ainda parte de definições teóricas sobre indicador:

Para os autores, o indicador é um dado importante no processo de gestão, pois auxilia o trabalho e planejamento, implementação, execução, monitoramento, avaliação dos serviços sociais, sendo assim imprescindíveis para a atuação profissional.

A gestão social não pode ser resumida a um simples sistema de gerenciamento, ela se apresenta de forma mais ampla e complexa, pois supõe uma postura filosófica, política e ideológica profundamente relacionada com a dimensão econômica, política e social. Nela é definida a direção, a natureza da ação que requer conhecimentos técnicos e administrativos, ainda, supõe a permanente análise dos contextos interno e externo (YWATA,S *et al.*, 2008, s.p.).

A gestão aqui, é pensada no processo de totalidade da sociedade em suas múltiplas determinações, então não estamos trabalhando com simples aparato técnico de medição de processos de trabalho. Sem contar que esses processos são relacionados pelos autores ao Projeto profissional do Serviço Social. Neste sentido, o objetivo da gestão social, segundo os mesmos autores, é construir, dando respostas às necessidades da população usuárias por meio de serviços sociais. Desse modo, a gestão precisa estar atenta a dar respostas qualificadas, otimizando, monitorando, e facilitando a alocação de recursos na perspectiva de atender a necessidade da população, conforme já sinalizado.

5.1 Indicador social e gestão social

A questão não é de formação sendo a disciplina obrigatória e uma boa demanda de cursos de pós-graduação sobre o tema, a questão é que não sabem utilizar até em espaços onde é requisito básico como a gestão, a dificuldade se dá na ponta, é o que torna inviável sua utilização para fins de gestão que é dependente dos dados da prática dos profissionais. Para além dessas dificuldades, quando são utilizados, aderem aos projetos positivistas e funcionalistas, descaracterizando a atuação sob o Projeto Ético-político.

Como já defendido aqui, os indicadores se constituem como importante instrumento de contribuição para a produção e prática profissional, além de serem necessários para monitoramento da política pública social. Mas, muitas das vezes, o profissional.

Render-se ao comodismo e a negação frente à competência no processo de gestão e, assim, à construção de indicadores sociais, bem como outros temas relevantes à atuação profissional, sem dúvida, é um desrespeito aos princípios fundamentais da profissão. (YWATA,S et al., 2008, s.p.).

O artigo não discuti o debate da condição do assistente social como trabalhador e também do gestor- que provavelmente sofre muitas pressões por metas e está submetido às mesmas lógicas de intensificação e precarização das condições de trabalho que sobrecaem sobre a classe trabalhadora. É preciso considerar também que muitas vezes não conseguem ter tempo para sistematização da prática, por conta da dinâmica de trabalho contemporânea. Esta é uma condição que interfere, muitas das vezes, impede a construção e uso de indicadores pelo profissional. Essa lógica do capital, inclusive interfere na possibilidade mais criativa do trabalho, conforme Iamamoto (2014) ressalta. E a seguir:

Esse fato revela que, além do compromisso ético-político do assistente social, em assumir as bases teórico-metodológica oferecidas pela sua graduação como fundamentais à sua atuação profissional e, assim, agir com as demandas apresentadas, também, identifica a necessidade da atualização constante desses profissionais, para estarem sempre aptos a trabalhar com as ferramentas necessárias para o alcance das metas propostas, de forma a propor respostas na mesma velocidade em que se avolumam as necessidades sociais. Neste sentido, os cursos de capacitação também têm dever de apresentar este compromisso, de oferecer instrumentos e conhecimentos que contribuam para a atualização e qualificação do profissional. (YWATA,S et al., 2008, S.P.)

5.2 - A produção de profissionais da prática

Encontramos dois textos que refletem sobre experiências diversas em um CRAS em Poços de Caldas em MG e a demonstração da revisão da

última atualização no instrumental de análise socioeconômica criado pelo Serviço Social do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (HRAC-USP).

O estudo realizado no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social.) de Poços de Caldas busca criar um instrumental básico com a equipe multiprofissional para intervenção junto à população do território do CRAS. Primeiro realizam pesquisa junto à população usuária com questionários, criando uma Matriz de Demanda de Proteção Social (MDPS) que, segundo a autora, possibilita conhecer a população. (Penha, 2016). De acordo, a assistência é parte constituinte da proteção social que engloba a previdência social e a saúde, embora não mencione a articulação de rede no artigo, de forma mais ampliada.

No plano prático, fica a questão do instrumental que a equipe vai utilizar e autora poderia contribuir com a nossa experiência profissional; e o que se entende por mínimos sociais e vulnerabilidade que a autora não define conceitualmente no debate sobre a questão social de modo a nos dizer sob qual concepção está utilizando e intervindo. Autora faz muito pouco uso da bibliografia da profissão em sua discussão e ao longo do texto é mais pragmática ao resolver essas questões com profissionais que não estão necessariamente alinhados ao nosso projeto profissional

O objetivo geral do relato de experiência é mostrar a importância de um instrumental, mas qual? Os indicadores aparecem indicadores no que ela determina como básicos sociais que uma família precisa para ter seus mínimos sociais garantidos, bem como ser um instrumento norteador para acompanhamento familiar. Como o trabalho é realizado por outros profissionais existe a preocupação nessa definição visto que isso não parece claro aparta a equipe.

Lembrando que a análise sobre os indicadores sociais depende de uma teoria social para que os dados coletados, na forma de estatística, não fiquem apenas como números que não expressam qualitativamente em elementos de análise.

5.3 – Considerações

Quanto à minha percepção do absenteísmo foi algo novo, pois não havia executado tal prática em nenhum serviço, quando acontecia era pontual e sem levantar qualquer estatística. Quando algum usuário mais vulnerável desaparecia era feita busca ativa, uma ligação, sem que isso dessem frutos a reflexões maiores. Na maioria dos casos, era ignorado sem considerar as barreiras de acesso do usuário aos serviços de saúde ou se esses estavam de fato atendendo a demanda da população usuária. Ao ler um dos artigos, identificamos falas moralistas por partes dos ACS e profissionais de nível superior como “usuário não quer se cuidar”, “não vem, pois, prefere ir ao bar” “pra passear pode”. Se partindo desse moralismo, não podemos esperar reflexões dos ACS ou técnicos de formação superior que trabalhavam com a população.

que pensar tal questão é papel não só da gestão, considerando as demandas epidemiologia do território que batem à porta, a necessidade de monitoramento e eficiência na alocação de recursos. O indicador do absenteísmo me mostrou que existem barreiras de acesso que não sabemos, pois elas não chegam na instituição ficam como demandas reprimidas. Esse não acesso esconde uma série de expressões da questão social que não são visíveis apenas computando as faltas, é preciso qualificar e refletir sobre elas, reformular a prática para poder saber onde atuar e minimizar os impactos das questões sociais que implicam no acesso às informações e serviços prestados pelas profissionais que trabalham na instituição. Ou seja, identificar os determinantes sociais do processo saúde/doença.

Ao longo da experiência como residente, foi observado que muitas demandas reprimidas aparecem e permitem além de conhecer essas expressões da questão social, possibilita qualificar e atuar junto ao usuário e a rede de proteção social, as vezes até ao terceiro setor. Como nada é estático, as ausências e motivos variam e neste sentido, conforme a disponibilidade de recurso da rede, o serviço consegue encaminhar ou não uma determinada demanda, sobretudo quando nos referimos à dimensão de falta de recursos e limitada de determinadas políticas sociais que garantam continuidade do acesso ao tratamento, como exemplo a questão do transporte. O indicador de

absenteísmo permite conhecer a rede, visto que estamos em uma instituição insulada que pouco dialoga com outros níveis de atenção à saúde. Desta forma, o levantamento do absenteísmo, como prática constante, é potencial pelos motivos citados e de enorme potencial para novas pesquisas.

6- Conclusão

Concluimos que existe uma contradição na profissão que estuda indicadores sociais sendo disciplina obrigatória na grade curricular, mas que é pouco pesquisada; apresenta pouca produção sobre o tema.

No âmbito acadêmico, temos poucos autores de destaque que discutem o tema, mesmo que o façam a partir do nosso Projeto ético-político o tema tem por hegemonia no debate acadêmico o pensamento liberal, reformista entre outros. Identificamos que a produção acadêmica exerce pouco diálogo com os assistentes sociais da prática profissional e essa distância parece partir de ambos locais.

Na produção da prática, identificamos empirismo e o uso da teoria alinhada ao pensamento hegemônico liberal. No âmbito acadêmico, parece dialogar pouco com os profissionais e programas de residência profissional, o que é compreensível dada a pouca produção de peso na academia.

Como debatido os indicadores sociais são necessários para a qualificação profissional, permite conhecer a realidade social, institucional e dos usuários e suas demandas explícitas, implícitas e reprimidas.

À guisa de conclusão, sobre as demandas reprimidas identificamos que o absenteísmo permitiu levantar esta demanda, deixando de responsabilizar o indivíduo pela ausência no atendimento. Através desse indicador podemos entender quais políticas públicas devemos dar ênfase e levantar os recursos da rede, para melhor articulação e o acesso à política de saúde em seus vários níveis. Nesse sentido, o absenteísmo qualifica o profissional, sua prática e seu saber, entendendo como um processo necessário ao nosso projeto profissional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTONIEL, dos Santos Gomes Filho. Faculdade Leão Sampaio¹ Miguel Ângelo Silva Melo – Faculdade Leão Sampaio. **Análise Histórica do Movimento LGBT Mundial: Do Movimento |Homófilo a Liberação Gay Nos Estados Unidos Colóquio Nacional Representações |De Gênero e Sexualidade** – Seminário nacional de psicologia e crítica cultural 2014.
- BRASIL. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS**.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social uma crônica do salário**. Tradução. D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008
- GRACIANO. I.G.G; Lehfeld. N. A. S. **Estudos Socioeconômico: Indicadores e Metodologia Numa Abordagem contemporânea. 2010** In: Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 9, Jul. 2010
- GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANUZZI Paulo de Martino. 2004 **Indicadores Sintéticos no Processo de formulação e avaliação de Políticas Públicas: Limites e Legitimidades**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.
- GRUPPI, Luciano. **O pensamento de Lênin**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HAYEK, Friedrich, A. O Caminho da Servidão. Porto Alegre: Editora Globo, 1977
- HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais**. SER Social, Brasília, v. 15, n. 33, p. 326–342, 2014. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13051. Acesso em: 14 maio. 2015.
- JANNUZZI, Paulo de Martinho. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3 ed., Campinas: Editora Alínea, 2004.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Editora Alínea, 2006.
- KING, Martin Luther. **Um apelo à consciência: os melhores discursos de Martin Luther King**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LENIN, V. I. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. In **Obras Escolhidas em Dois Volumes, Volume 1**. São Paulo: Editorial Avante, 1977.

- LUKÁCS, Georg. **A Teoria do Romance**. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2000.
- LOPES, Angela, Cristina; NALESSO, Ana, Patrícia, Pires; ZENERATTI, Gabriela Mariano; MUNHOZ; BORGES, **Tainara Marina da Silva: Os indicadores sociais e seu papel na formulação das políticas**. IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço social: Congresso de direito à cidade e Justiça Ambiental, Política Social e Proteção Social 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução Nélcio Schnneider. São Paulo: Boitempo, 2010
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1**. São Paulo, 2013
- MÉSZÁROS, Istvan. **A Teoria da Alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2016.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.
- MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2014.
- NETTO, José, Paulo. **Cinco Notas a Propósito da “questão social”**. Temporalis Revista da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social Ano 2, N°3 Janeiro a Junho de 2001.
- NETTO, Paulo, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.
- PARSONS, T. **A estrutura da ação social: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. Vol. 2: Weber**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- POTYARA A. P. Pereira. **Questão Social, Serviço Social e a Premência das desigualdades antagonizadas**. Revista Temporalis. Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. (UnB, Brasília, Brasil. In: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p31-43> acessado em 10/01/2025
- ROSANVALLON, Pierre. **A Nova Questão Social: repensando o Estado-Providência** Tradução de Sergio Bath. Brasília. Instituto Vilela, 1998.
- Rosanvallon, Pierre. **A crise do Estado-providência**. Trad. Joel Pimentel de Ulhôa. Goiânia: UFG, 1997.
- SOUZA, Rosely de Melo Grillo; CANOAS José Walter. **A Pesquisa em Serviço Social e sua aproximação com os indicadores sociais; Serviço Social e Realidade V24, N°1, 2015 in: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2488/2194> 01/10/2025 às 11:15**
- SOUZA, Rosely de Melo Grillo; CANOAS José Walter. **A Pesquisa em Serviço Social e sua aproximação com os indicadores sociais; Serviço Social e Realidade V24, N°1, 2015 in:**

<https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2488/2194>
01/10/2025 às 11:15

PENHA, Cintia Bernardes. **Indicadores sociais: instrumento para acompanhamento às famílias assistidas no CRAS de Poços de Caldas – MG** II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social UNESP-Franca.

YWATA, Suzana Yurico; ROMERA Valderês Maria; GIROTO Ana Paula Santana; ROCHA Simone Tarifa. **Os indicadores como instrumento de gestão social.** Serviço Social em Revista, 2008 in: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n2_valderes.htm